



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO - PROFNIT

DALVA FERREIRA REIS MILHOMEM

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ESTADO DO TOCANTINS

PALMAS, TO
2024

DALVA FERREIRA REIS MILHOMEM

**A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação.

Orientador: Prof. Dr. Maxwell Diógenes
Bandeira de Melo

PALMAS, TO

2024

Dados da Catalogação *Anglo-American Cataloguing Rules – AACR2*

M644e

Milhomem, Dalva Ferreira Reis

A efetividade das políticas públicas no contexto da educação inclusiva no estado do Tocantins [recurso eletrônico]. / Dalva Ferreira Reis Milhomem. Palmas, TO: [S.n], 2024. 97 f.; il. Color.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (Profnit), Palmas, TO, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Maxwell Diógenes Bandeira de Melo.

1. Educação inclusiva – Políticas públicas – Tocantins (Estado). 2. Educação – Inclusão – Tocantins (Estado). 3. Políticas públicas – Avaliação. 4. Direitos das pessoas com deficiência – Educação. 5. Organização do conhecimento – Leis. I. Título.

CDD 370.117
CDU 376:351.84(815.3)
LCC LC3965

Ficha Catalográfica elaborada por *Marcelo Neves Diniz* - CRB 2/1533.

[*Resolução CFB nº 184, de 29 de setembro de 2017.*](#)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor ([Lei nº 9.610/98](#)) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

DALVA FERREIRA REIS MILHOMEM

**A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - PROFNIT- Ponto Focal Universidade Federal do Tocantins-UFT.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maxwell Diógenes Bandeira de Melo

Prof. Dr. Warton da Silva Souza

Prof.(a). Dr. Manoel Carlos de Oliveira Júnior

PALMAS
2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de mestrado a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante esta jornada desafiadora e gratificante, em especial ao meu esposo Adão Gomes Milhomem (in memoria), à minha família, pelo amor incondicional, apoio e compreensão ao longo dos anos, por terem suportado a minha ausência nos momentos aonde muitas vezes deveria estar.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado sabedoria e graça para chegar até aqui, minha mais profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, meu esposo Adão Gomes Milhomem (in memoriam), que nos deixou há pouco tempo, mas fez tanto por mim ao longo da sua vida, as Minhas filhas, Ananda Paula Ferreira Milhomem, Coralina Ferreira Milhomem Castro, aos meus genros Weverson David Moura e Douglas Castro, aos meus netos, Pedro Henrique Moura Milhomem e Luiz Gustavo Moura Milhomem. Quero agradecer ao meu orientador prof. Dr Maxwell Diógenes Bandeira de Melo, pela orientação sábia, apoio incansável e pela confiança depositada em mim ao longo deste processo. Agradeço também aos membros da banca examinadora, prof. Dr. Manoel Carlos de Oliveira Júnior, prof. Dr. Warton da Silva Souza, pelas valiosas sugestões e críticas construtivas. Minha gratidão se estende aos colegas de trabalho pelo incentivo constante e compreensão nos momentos de ausência. Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho e para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Este trabalho não seria possível sem o apoio e colaboração de cada um de vocês. Muito obrigada.

RESUMO

Este estudo examina as políticas públicas de educação inclusiva implementadas no Estado do Tocantins, com o objetivo de assegurar que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. A pesquisa aborda a importância da inclusão educacional, um princípio fundamental que visa garantir a igualdade de oportunidades no ambiente escolar. O estudo realiza um mapeamento e análise da literatura acadêmica, legislação e práticas educacionais relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência no Tocantins. Analisa as políticas públicas vigentes, identifica lacunas na sua implementação e avalia os resultados alcançados até o momento. Entre os avanços identificados, destacam-se a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e a adaptação de infraestruturas escolares para melhor atender às necessidades de todos os alunos. No entanto, a pesquisa também identifica diversos desafios. Além disso, destaca-se a necessidade de um monitoramento contínuo e de um maior engajamento das partes interessadas, a sociedade como um todo, e para garantir a eficácia das políticas de inclusão. Os resultados do estudo fornecem uma visão abrangente dos progressos e desafios na promoção da educação inclusiva no Tocantins. Inclui a identificação de boas práticas, análise das barreiras existentes e recomendações para aprimorar a efetividade das políticas públicas. A pesquisa contribui significativamente para o conhecimento sobre a educação inclusiva no contexto regional, oferecendo informações valiosas para formuladores de políticas, educadores e outras partes interessadas. Em conclusão, destaca a importância de um compromisso contínuo e de um monitoramento constante das políticas públicas para assegurar que a inclusão educacional seja uma realidade acessível a todos os alunos no Estado do Tocantins.

Palavras-chave: educação inclusiva; políticas públicas; efetividade.

ABSTRACT

This study examines the public policies of inclusive education implemented in the State of Tocantins, aiming to ensure that all students, regardless of their abilities, have access to quality education. The research addresses the importance of educational inclusion, a fundamental principle that aims to guarantee equal opportunities in the school environment. The study maps and analyzes academic literature, legislation, and educational practices related to the inclusion of students with disabilities in Tocantins. It analyzes the current public policies, identifies gaps in their implementation, and evaluates the results achieved so far. Among the identified advances are the adoption of inclusive pedagogical practices and the adaptation of school infrastructures to better meet the needs of all students. However, the research also identifies several challenges. The effective implementation of these policies faces barriers, such as the lack of adequate teacher training and insufficient material and human resources. Additionally, the need for continuous monitoring and greater engagement of stakeholders to ensure the effectiveness of inclusion policies is highlighted. The study's results provide a comprehensive overview of the progress and challenges in promoting inclusive education in Tocantins. It includes the identification of best practices, analysis of existing barriers, and recommendations to improve the effectiveness of public policies. The research significantly contributes to the knowledge about inclusive education in the regional context, offering valuable information for policymakers, educators, and other interested parties. In conclusion, this study highlights the importance of a continuous commitment and constant monitoring of public policies to ensure that educational inclusion is a reality accessible to all students in the State of Tocantins.

Keywords: inclusive education; public policies; effectiveness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Representação esquemática da exclusão, separação, integração e inclusão	25
Figura 2	Edição de arte	59
Figura 3	Visão geral da pesquisa	83
Figura 4	Instrumentos da pesquisa exploratória	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual de Docentes com Formação Continuada - Tocantins – 2016-2022	60
Gráfico 2	Evolução do Número de Docentes por Etapa de Ensino – Tocantins – 2016-2021	62
Gráfico 3	Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades por dependência administrativa em classes comuns e em classes especiais exclusivas – Tocantins – 2021	63
Gráfico 4	Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado (AEE) ou classes especiais exclusivas – Tocantins – 2017-2021	64
Gráfico 5	Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo a etapa de ensino – Tocantins – 2016-2021	66
Gráfico 6	Percentual de matrículas na educação profissional, segundo a cor/raça – Tocantins – 2021	68
Gráfico 7	Repetência e Evasão	70
Gráfico 8	Evasão	72
Gráfico 9	Evolução de Matrículas de educação especial na Educação Infantil	74
Gráfico 10	Evolução das matrículas de educação especial no ensino médio, por local de atendimento Brasil 2011 – 2023	76
Gráfico 11	Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2023	79
Gráfico 12	Instrumentos da pesquisa exploratória	84
Gráfico 13	Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado) ou classes especiais exclusivas – Brasil – 2019-2023	80
Gráfico 14	Percentual de alunos matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades que estão incluídos em classes comuns, segundo a etapa de ensino – Brasil – 2019-2023	82

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

AEE Atendimento Educacional

NEE Necessidades educacionais especiais

TEA Transtorno do espectro autista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	13
3	JUSTIFICATIVA	15
4	OBJETIVOS	16
4.1	Objetivo Geral	16
4.2	Objetivos Específicos	16
5	REVISÃO DE LITERATURA	17
5.1	Inclusão Escolar	19
5.2	Inclusão social no Estado do Tocantins	33
5.3	Políticas públicas e educação	37
5.4	Educação Inclusiva no Estado do Tocantins	51
6	METODOLOGIA	83
6.1	Procedimentos Metodológicos	83
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICE A – MATRIZ FOFA (SWOT)	96
	APÊNDICE B – CANVAS	97

1 INTRODUÇÃO

No contexto específico do Estado do Tocantins, a efetividade das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva é uma questão de interesse, pois influencia diretamente o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência e outras condições especiais nas escolas. Neste estudo, realizou-se uma pesquisa sobre a efetividade das políticas públicas de educação inclusiva no Estado do Tocantins. Para tanto, foi realizado um levantamento e análise das pesquisas, programas e ações desenvolvidas nessa área, com o objetivo de compreender como essas políticas têm sido implementadas e qual seu impacto na promoção da inclusão educacional.

O referencial teórico deste estudo foi baseado em uma revisão da literatura que aborda temas relacionados à educação inclusiva, políticas públicas educacionais, e especificamente, a realidade do Estado do Tocantins nesse contexto. Foram considerados autores e teorias que discutem a importância da inclusão, os desafios enfrentados na implementação de políticas inclusivas e os indicadores de efetividade dessas políticas. Além disso, foi fundamental também analisar a legislação nacional e estadual que orienta as políticas de educação inclusiva no Tocantins, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, entre outras normativas específicas do estado. Como afirma Lima (2019, p. 14).

Qual você acha que deve ser o comportamento da sociedade contemporânea com relação às políticas públicas educacionais? É importante uma postura mais preocupada e participante? A sociedade deve se interessar em acompanhar as ações governamentais? Educadores e pais deveriam exigir melhorias na gestão pública? Ou você pensa que a única tarefa do cidadão é o voto, geralmente acompanhado da surpresa com resultados condenáveis e com o uso inadequado do dinheiro público destinado às políticas de educação? Essas e outras perguntas mostram que as políticas públicas em educação afetam a vida escolar dos sujeitos e a realidade dos profissionais que trabalham nesse setor. Isso deveria condicionar atenção maior, vigilância mais profunda e envio de proposições para novas políticas públicas. Além disso, deveria incentivar o acompanhamento das formulações, execuções/implementações e avaliações das políticas públicas da educação brasileira.

O pacto sobre direitos políticos e civis pressupõe que os países envolvidos se comprometam, por meio de medidas legislativas, a garantir a pronta observância de seus respectivos direitos, enquanto também enfatiza a importância da

conscientização em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais.

Segundo Silva (2020, p. 44), apesar dos progressos feitos no sentido de tornar os Direitos Humanos obrigatórios para todos os países, ainda existe uma longa estrada a ser percorrida, apesar de que, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) constitui um marco importante na conscientização universal dos direitos e ao mesmo tempo, um texto diversamente respeitado, que permanece, no conjunto, expressão de um ideal, mais do que reflexo da situação vigente.

Com essa pesquisa, espera-se contribuir para uma compreensão da efetividade das políticas públicas de educação inclusiva no Estado do Tocantins e identificar possíveis lacunas e desafios que precisam ser enfrentados para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva para todos os estudantes. A busca por uma educação que promova a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, é um princípio fundamental para uma sociedade mais justa e igualitária. Exploraremos a situação das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva no Estado do Tocantins, analisando seu impacto e eficácia.

Esses campos fornecem as bases conceituais necessárias para entender a complexidade da educação inclusiva e avaliar as políticas implementadas. No contexto legal, o Brasil conta com legislações importantes, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garantem o direito à educação inclusiva. Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, estabelece diretrizes específicas para a inclusão de pessoas com deficiência na educação.

A teoria da inclusão, por sua vez, fornece os princípios e fundamentos que sustentam a ideia de que a educação deve ser adaptada para atender a diversidade de necessidades dos estudantes, independentemente de suas características individuais. A compreensão da inclusão como um processo que vai além da presença física na escola é fundamental para avaliar a efetividade das políticas públicas nesse contexto, identificando lacunas de pesquisa e apontando possíveis direções para estudos futuros. A compreensão aprofundada desse tema é essencial para promover uma educação inclusiva de qualidade e garantir que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento no Estado do Tocantins.

Uma questão nos é levantada: quais são as políticas públicas praticadas no Estado do Tocantins que de fato promovem a inclusão?

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação é um direito de todos e as políticas públicas possibilitam a tomada de decisões e ações para garantir o processo das tomadas de decisão das ações que são geridas pela gestão pública para gerir e administrar as políticas públicas, além de garantir educação para todos os cidadãos, com função de avaliar e ajudar na qualidade do ensino e colocar em prática. Segundo a Constituição Federal de 1988, no Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 2016, p. 123).

A elaboração das políticas públicas envolve um processo que é composto por um conjunto de atividades, que visam atender as demandas da sociedade. O Artigo 211 da Constituição Federal determina que a organização dos sistemas de ensino será feita em colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Isso significa que “Os municípios atuarão prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil” (Brasil, 2016, p. 124).

Segundo Omote (1999, p. 4) afirma que “a Educação Especial tem sido uma área fértil para o aparecimento de polêmicas, propostas inovadoras e modismos”. Assim, a Educação Especial, de fato, é uma área que frequentemente não é centro de debates, polêmicas e desenvolvimentos inovadores. O foco dessa área é atender às necessidades educacionais de pessoas com deficiência, sejam elas físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais. Algumas razões para as polêmicas e propostas inovadoras, evidenciando-se como um terreno de intensa participação e interesse variado.

A valorização da cooperação, do compartilhamento de estratégias de enfrentamento, da convivência pacífica, do perdão e da colaboração em prol da construção coletiva de argumentos sólidos ainda não se reflete plenamente na prática, apesar de serem discursos frequentes. Para Macedo (2020),

A educação é sempre inclusiva, isto é, refere-se a todos, sem exceção. Trata-se de uma redundância necessária, pois com frequência nos esquecemos disso. Por que a educação inclusiva diz respeito a todos? Porque qualquer pessoa com deficiência faz parte de uma família, é membro de uma

sociedade e sujeito de direitos. Abandoná-la, não prover recursos ao ótimo desenvolvimento e aprendizagem de suas possibilidades, é injusto e prejudicial, em alguma medida, a todos nós. Porque deficiência é algo que todos tivemos, temos ou teremos ao longo da vida e de alguma forma. Infelizmente, confundimos perfectibilidade com perfeição. Os seres e as coisas são perfectíveis, isto é, capazes e necessitados de se aperfeiçoar em todos os sentidos e graus. O aperfeiçoamento implica conservar o que vale a pena ser conservado em um contexto de transformações, igualmente, em todas as perspectivas. Transformações são fruto de nossas ações, sejam sábias ou prejudiciais à nossa sobrevivência e à sobrevivência de todos (Macedo, 2020. p. 19).

O autor argumenta que a educação inclusiva é essencial para todos, uma vez que cada indivíduo com deficiência é parte integrante de uma família, da sociedade e possui direitos. Negligenciar esses indivíduos e não oferecer recursos adequados para seu desenvolvimento é prejudicial para todos.

3 JUSTIFICATIVA

O processo de educação inclusiva se apresenta, a cada ano letivo, como um dos principais desafios pedagógicos. Isso significa que os esforços educacionais buscam garantir uma educação de qualidade para todos. Frente a isso, há perspectivas de que a partir da educação inclusiva os alunos aprendam a conviver com as diferenças, o que proporciona um novo rumo às expectativas educacionais.

Este projeto de pesquisa visa contribuir para o avanço da educação inclusiva no Estado do Tocantins, proporcionando uma visão abrangente das práticas existentes, das políticas públicas implementadas e dos desafios enfrentados. As recomendações resultantes da pesquisa podem ser utilizadas por gestores públicos, educadores e demais atores envolvidos na área da educação para aprimorar o sistema educacional inclusivo na região. Além disso, a pesquisa também fornecerá um conhecimento relevante para futuras pesquisas acadêmicas sobre o tema.

4 OBJETIVOS

A seguir, os objetivos, geral e específicos.

4.1 Objetivo Geral

Analisar as políticas públicas de educação inclusiva praticadas no Estado do Tocantins.

4.2 Objetivos específicos

- Mapear e analisar a literatura, legislação e práticas educacionais relacionadas a inclusão de estudantes com deficiência no sistema educacional do Tocantins;
- Realizar um levantamento sobre a educação inclusiva no Estado do Tocantins.

5 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com a teoria da escolha pública, os mecanismos da administração pública oferecem perspectivas inovadoras que favorecem a adoção de métodos eficazes para a resolução de questões administrativas no âmbito governamental. Essa teoria, ao aplicar princípios econômicos ao estudo das decisões políticas e administrativas, busca otimizar a eficiência e a eficácia dos processos governamentais, promovendo uma gestão pública mais responsiva e orientada para resultados. Em relação a isto, o trabalho investigado por Lagares (2014), um desses principais atos estão associados a elementos educacionais e administrativos. Vejamos:

A maior atuação municipal, não apenas no campo da educação, passa a ser defendida em enfoques diferentes e sobre bases ideológicas distintas, ou como princípio democrático ou como princípio de engenharia administrativa, objetivando a construção da eficiência na prestação do setor público (Lagares, 2014, p. 97).

A Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, institui Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. A modalidade Educação Especial, conforme o Art. 1º do Decreto nº 6.571/2008, determina que

[...] os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (Brasil, 2009, p. 17).

No eixo da pesquisa a ser executada, o viés de análise das políticas públicas inclusivas está consubstanciado no Art. 3º do Decreto em estudo. Este define que a Educação Especial é importante e deve ser realizada “em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino [...]” (Brasil, 2009, p. 17).

Para fins de atendimento aos portadores de necessidades especiais, o Art. 4º define o campo de atuação do AEE pela categorização dos cidadãos em:

- I - alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
- II - alunos com transtornos globais de desenvolvimento: aqueles que

apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras, inclui-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;
 III - alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, psicomotora, artes e criatividade (Brasil, 2009, p. 17).

Na Constituição Federal de 1988, um de seus objetivos consiste em “promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 2016, p. 11, art. 3º inciso IV). No artigo 205, a educação é definida como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 208, inciso I, a educação é definida como igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208) (Brasil, 2016).

Segundo o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, em seu Art. 2º, “A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades [...]” (Brasil, 2011, p. 12). De modo geral, este Decreto, os serviços de atendimento educacional especializado devem ser prestados com a finalidade de:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais [...];
 II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011, p. 12).

Nas definições do § 2º,

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atenderem às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (Brasil, 2011, p. 12).

E ainda,

No cenário da educação inclusiva, verifica-se o distanciamento entre a realidade empírica da escola, que se pretende inclusiva, e o que se espera dela por determinação legal. Caracteriza-se uma situação em que se demandam leis e políticas que garantam acesso à educação, apoios, ajustes e adaptações necessárias, visando à aprendizagem e à sustentabilidade dos sistemas de ensino para o cumprimento de suas finalidades. Nesse particular, o ordenamento jurídico constitui base sólida para fomentar o cumprimento dos direitos dos estudantes e a eficácia da escola, com eliminação de ambiguidade e contradições que possam postergar ou dificultar esses propósitos (Arruda; Dikson, 2018, p. 224).

“A inclusão não cabe no paradigma tradicional da educação, pois esta requer um modelo diferente das propostas já executadas e uma prática diferenciada, que leve em consideração o aluno em suas individualidades e necessidades” (Santos *et al.*, 2019, p. [2]).

Os atos executados pelos municípios “possibilitam a criação de políticas públicas fomentando o impulso e a execução de atividades em prol da economia e da captação de benefícios, da oferta de empregos e da ampliação de investimentos” (Chiavenato, 2011; Mendonça; Holanda, 2016 *apud* Cardoso; Almeida; Marcos, 2023, p. 10). Além disso, eles fomentam a criação de condições para o crescimento econômico e a expansão dos aspectos sociais. Dentro desse contexto, as ações realizadas pelos municípios possibilitam o desenvolvimento de políticas públicas, impulsionando a execução de atividades em prol da economia e da obtenção de benefícios, assim como da oferta de empregos e do aumento de investimentos.

5.1 Inclusão escolar

Freire (2004) enfatiza a importância do diálogo horizontal entre educadores e educandos, onde ambos aprendem e ensinam uns aos outros. Ele destaca a necessidade de uma educação que reconheça as experiências e realidades dos oprimidos, capacitando-os a compreenderem sua própria condição e a lutarem por mudanças sociais. Além disso, Freire ressalta a necessidade de uma educação que vá além da mera transmissão de conteúdo, incentivando a criatividade, a autonomia e o pensamento crítico. Ele acredita que, ao desenvolverem sua consciência crítica, os oprimidos podem se tornar agentes de transformação em suas próprias vidas e em suas comunidades.

Segundo Oliveira (2022, p. 11) Atendimento Educacional Especializado (AEE) “apresenta e explora o AEE, destacando aspectos do funcionamento desse

serviço de apoio especializado com o qual a escola regular conta. Não custa lembrar que sem esse suporte o processo de inclusão escolar ficaria muito fragilizado”. A autora destaca ainda, “um dos instrumentos mais importantes que ajudam nesse trabalho, a saber: o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) ou Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), ambos são sinônimos”.

Segundo Baptista (2019, p. 15) explana,

As alterações mais evidentes ocorrem a partir dos anos 2000, em particular após o ano de 2003, com a afirmação da inclusão escolar como diretriz que integrava uma política para o Estado brasileiro no sentido de minimizar os mecanismos de seletividade de escola e de precariedade da escolarização dirigida às pessoas com deficiência.

O autor argumenta que essa abordagem visava reduzir os elementos seletivos nas instituições de ensino e melhorar a qualidade da educação destinada às pessoas com deficiência.

Uma educação de qualidade está intrinsecamente ligada ao ambiente educativo, onde a escola se revela como um espaço fundamental para o ensino, aprendizagem e internalização de valores. Dentro desse contexto, os estudantes não apenas adquirem conhecimento acadêmico, mas também socializam, brincam e aprendem a conviver com a diversidade. Para Silva (2015), o cultivo do respeito, da alegria, da amizade e da solidariedade, aliados à disciplina e ao exercício dos direitos e deveres, são elementos essenciais que promovem a integração e a convivência harmoniosa, contribuindo assim para a formação cidadã e o fortalecimento da igualdade entre todos os indivíduos. Esta abordagem inclusiva deve ser adotada como prática cotidiana no ambiente escolar.

Com ações artísticas e esportivas, unidades educacionais e profissionais de diversas áreas promovem a integração social e o desenvolvimento motor/cognitivo dos alunos portadores de deficiência. Em Palmas, por meio do Projeto Reviver, a Escola Especial Integração, ligada à Apae, apresenta conquistas e casos de superação alcançados pelas pessoas com deficiência.

O conceito de 'especial' no contexto educacional refere-se às condições necessárias para facilitar a aprendizagem de determinados alunos. Isso engloba desde a disponibilidade de recursos específicos, como equipamentos e materiais, até a adaptação da infraestrutura física para acessibilidade, bem como a implementação de práticas metodológicas e curriculares equitativas. (Cirino, 2015, p. 45), além disso,

a presença de professores capacitados e programas de formação contínua também são fundamentais. A concretização da educação inclusiva está intrinsecamente ligada a esses diversos aspectos.

Freire (2004, p. 40) afirma que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática que se pode melhorar a próxima prática”. A abordagem epistemológica que se distancia da prática como objeto de análise, busca, paradoxalmente, aproximá-la ao máximo. Ao realizar essa operação com precisão, amplia-se a compreensão da prática em análise e fortalece-se a capacidade de comunicar-se eficazmente na busca pela superação da ingenuidade pela rigorosidade.

Nesse contexto, é imperativo que os educadores adotem uma postura colaborativa, reconhecendo-se não apenas como transmissores de conhecimento, mas também como facilitadores do processo de aprendizagem, muitas vezes assumindo o papel de aprendizes junto aos seus alunos. (Brito, 2015), fala que esta mudança evidencia uma nova dinâmica na relação professor-aluno, na qual ambos compartilham responsabilidades e contribuem ativamente para a construção do conhecimento.

Cirito (2015), às intervenções necessárias tanto para os alunos quanto para a sociedade em geral têm como objetivo criar condições que garantam o acesso e a participação das pessoas na vida social. Essas intervenções abrangem uma variedade de provisões, incluindo educacionais, físicas, clínicas e psicológicas. Ambas as correntes mencionadas, provenientes dos movimentos da sociedade civil, buscam promover o princípio da igualdade de direitos e oportunidades na sociedade.

Isso significa que as escolas devem acomodar e atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, necessidades especiais, habilidades especiais, diferentes origens culturais e socioeconômicas, entre outros.

De acordo com Siluk (2012, p. 48), “uma questão importante a ser pontuada quando tratamos acerca da inclusão escolar de alunos públicos alvo da Educação Especial é a demanda de profissionais de apoio”. A autora destaca ainda a importância de garantir a “participação e aprendizagem de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento na escola [...]”. Em certos casos, para assegurar esse acesso pleno, pode ser necessário que o sistema de ensino disponibilize um profissional de apoio para esses alunos.

A inclusão escolar baseia-se nos princípios de igualdade, diversidade e respeito pelos direitos humanos. Ela busca promover o acesso à educação para todos os alunos, permitindo que cada um tenha seu próprio ritmo de aprendizagem e que a diversidade seja uma parte natural da sociedade. Além disso, a inclusão regular de que a educação é um direito fundamental e que todas as crianças têm o direito de aprender juntas em um ambiente inclusivo.

De acordo com Mantoan (2003, p. 12) “A inclusão [...] implica em mudanças, desde o atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar” que estamos retrazando, a matéria prima da educação escolar, passando por muitas interpretações.

A inclusão escolar não beneficia apenas os alunos com necessidades especiais, mas também contribui para criar uma sociedade mais inclusiva e tolerante, preparando todos os alunos para conviverem em um mundo diversificado. No entanto, é importante ressaltar que uma implementação eficaz da inclusão escolar pode ser um desafio e requer o apoio de recursos adequados, treinamento, planejamento cuidadoso e compromisso por parte de todos os envolvidos na educação. De acordo com Mantoan:

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe (Mantoan, 2003, p. 13-14).

Na perspectiva que a família e os membros da comunidade escolar podem assumir um papel importante no aprendizado deste alunado, tornando uma sala de aula inclusiva, como cita Lopes; Lopes; Leite (2018, p. 98).

Na construção de planos de ação, em sua análise, as redes de apoio contam com a colaboração da família e da comunidade para a composição de estratégias que considerem as singularidades de cada educando. Assim, é muito importante a rede de apoio nas instituições de ensino em função da inclusão, sob a ótica da criação e dos conceitos de entrelaçamento, cooperação e colaboração. Em outras palavras, a educação só pode ser inclusiva quando a diversidade das necessidades educacionais é contemplada. A partir do reconhecimento das diferenças e singularidades de cada sujeito, são reconhecidas também as demandas de intervenção em termos de políticas públicas, sejam elas assistenciais, de saúde, segurança,

qualificação profissional, entre outros.

Também Ramos (2023, p. 42) afirma,

A conscientização da inclusão é também um trabalho que deve ser feito com os pais dos alunos com deficiência. O medo, a vergonha e a superproteção são os principais sentimentos que fazem as famílias dessas crianças terem atitudes anti-inclusivas. Nesses casos, a escola precisa fortalecer os laços de confiança, garantindo que o aluno com deficiência não será discriminado nem passará por qualquer tipo de violência dentro da instituição

Neste contexto, Kassar (2011 *apud* Baptista, 2019, p. 5) em sua análise sobre a educação especial brasileira, “nos mostra que, após o golpe militar de 1964, houve a revisão das diretrizes da educação, incluindo a ampliação da obrigatoriedade da escolarização para oito anos, por meio da Lei Educacional nº 5.692, de 1971”. A lei em questão representa um marco significativo na expansão dos serviços de educação especial, pois vai além de abranger apenas alunos com deficiência, incluindo também aqueles com dificuldades de aprendizagem que resultam em atraso considerável em relação à idade regular de matrícula. Essa ampliação visa favorecer o aumento das classes especiais.

A inclusão desses alunos no ambiente educacional é um aspecto crucial para garantir oportunidades iguais de aprendizagem, como citam Lopes; Lopes; Leite (2018, p. 72):

O aluno com deficiência intelectual possivelmente precisará da figura do outro (professor, colega) para mediar os conteúdos e as novas aprendizagens. Esse suporte é fundamental para que ocorra uma melhor compreensão e ampliação dos conceitos e significados durante o processo educacional. A oferta do AEE para o aluno com deficiência intelectual representa um dos suportes para efetivação de propostas inclusivas. O AEE, além de atender o aluno, realizando as flexibilizações necessárias para a promoção da aprendizagem, também se configura como uma rede de apoio aos professores da turma regular. Esse atendimento pode ser organizado tanto individualmente como em pequenos grupos. É função também do AEE realizar acompanhamentos na sala regular, observações nos diferentes espaços escolares e trocas com os professores, com o objetivo de garantir o acesso aos conteúdos curriculares. O AEE deve pensar juntamente com os professores das turmas regulares o tipo de apoio e/ou estratégia pedagógica de que o aluno necessita, considerando o ritmo e perfil de aprendizagem desse sujeito.

De acordo com Barreto (2014), estamos vivenciando os estágios iniciais de um novo fenômeno cultural e social, semelhante ao que ocorreu no passado. No entanto, para compreendê-lo de forma mais objetiva, é necessário se distanciar do processo. Já podemos observar que estamos entrando em uma nova fase, uma

mudança paradigmática nas relações entre a humanidade, a informação e o conhecimento. Essas transformações têm implicações profundas na forma como as pessoas ensinam e aprendem, e, conseqüentemente, têm implicações significativas em nossas concepções e expectativas em relação à escola, graças às diversas possibilidades oferecidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Para Brito (2015, p. 45), a dinâmica da aprendizagem se dá por meio de interações entre alunos e professores. E para isto não existe uma fórmula pronta. Cada público demanda uma metodologia de ensino específica, principalmente com a questão da Educação Inclusiva, que prevê a inserção escolar, em escolas regulares, de pessoas com necessidades educativas especiais sem qualquer discriminação ou preconceito. Ainda de acordo com o autor é necessário que os educadores se reposicionem no ambiente escolar para trabalhar com a diversidade, estabelecendo relações interativas entre professores e alunos, que contribuam para o desenvolvimento tanto social quanto afetivo, essenciais para facilitar a aprendizagem formal em sala de aula.

Em Barreto (2014), o autor fala do surgimento de novas tecnologias abre portas para novas formas de agir, pensar e interagir, trazendo consigo questionamentos e incertezas que acompanham qualquer avanço tecnológico. No entanto, é crucial não permitir que essas dúvidas nos impeçam de avançar; ao contrário, devemos transformá-las em motivação para adaptar-nos às mudanças inevitáveis. O uso da tecnologia torna-se intrínseco à vida moderna, muitas vezes de forma imperceptível, e é algo que não podemos evitar.

Conforme Barreto 2014, p. 41, fala que as tecnologias, como óculos, cadeiras de rodas e aplicativos de tablet, desempenham um papel fundamental na adaptação e no rendimento escolar de crianças com diferentes necessidades educacionais. Enquanto o uso de óculos pode impactar positivamente o desempenho de uma criança com dificuldades visuais, a cadeira de rodas é essencial para a adaptação e o rendimento escolar de uma criança com deficiência motora do tipo paraplegia. Além disso, para crianças com deficiência intelectual, adaptações por meio de símbolos de regras simples, como um aplicativo de tablet, podem ser necessárias para acompanharem o conteúdo proposto.

Lima *et al.* (2019) nos mostra “que possamos analisar as políticas públicas de forma geral, e mais em particular as relacionadas à área da educação, que nos diz respeito, precisamos adotar uma metodologia que não nos coloque à mercê de nossos

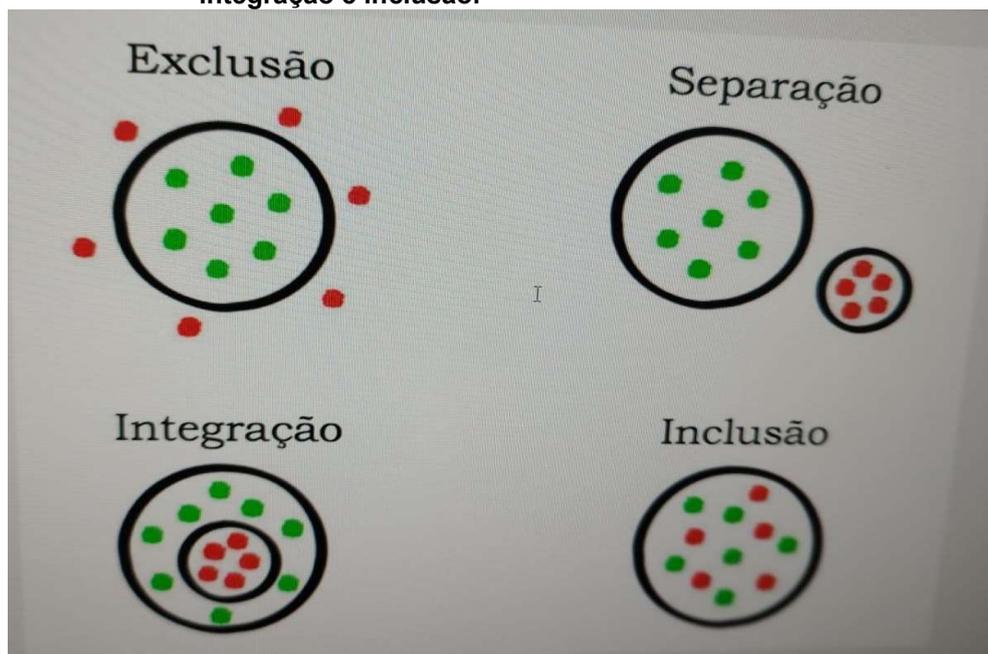
simples ‘achismos’”.

Ao analisar as políticas públicas em geral, especialmente aquelas relacionadas à área da educação, garantir o acesso equitativo à educação, melhorar a qualidade do ensino, promover a inclusão social e preparar os cidadãos para enfrentar os desafios da vida em sociedade. Lima (2023), afirma que:

Os conceitos principais no estudo das políticas públicas na área da educação colaboram na compreensão da natureza política da educação, no entendimento das tarefas que o Estado deve assumir, desprendendo daí as mobilizações necessárias e as lutas dos cidadãos e dos profissionais da educação. Não se pode esquecer que é dentro da dimensão dos conteúdos da política que são geridas as políticas públicas em geral. Assim, as políticas públicas educacionais podem ser repensadas, levando ao surgimento de outras, mais inovadoras. É preciso considerar as fases de elaborações, implementações e avaliações de políticas públicas educacionais para que o futuro sonhado pelos cidadãos fique mais próximo. (Lima *et al.*, 2019, p. 19).

Para Alias (2016, p.11), é importante destacar que os movimentos sociais não são estáticos; a história é dinâmica. Embora sejam categorizados para compreensão das diferentes épocas, é crucial reconhecer que esses movimentos e ações coexistem e persistem até os dias atuais. Por exemplo, enquanto o paradigma da inclusão social e escolar ganha destaque, isso não impede a ocorrência de outros movimentos simultaneamente.

Figura 1 – Representação esquemática da exclusão, separação, integração e inclusão.



Fonte: Alias (2016).

No processo de inclusão educacional, os estudantes com necessidades especiais são representados pela progressão dos estágios, onde inicialmente estão completamente excluídos da sociedade, como demonstrado pelos pontinhos em vermelho. Em seguida, passam pela fase de separação, onde embora permaneçam fora das esferas sociais, estão agrupados, como era o caso das escolas especiais. O estágio seguinte, integração, os coloca nas mesmas esferas que os demais, mas sem as adaptações necessárias. Finalmente, na inclusão, todos coexistem harmonicamente, onde tantas pessoas com e sem deficiência são consideradas parte integrante do todo (Alias, 2016, p. 12). Afirma que:

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. uso do vocábulo 'integração' refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência [...] (Mantoan, 2003, p. 15).

No que tange à hierarquia da sociedade capitalista, a desigualdade tem como princípio a integração social, visto, por exemplo, que para a relação capital/trabalho a existência da desigualdade é essencial para existência dessa relação, pois não haveria patrão se não houvessem os empregados. A desigualdade é, portanto, um fenômeno socioeconômico (Santos *et al.*, 2010 *apud* Silva, J., 2015).

Nas escolas e universidades, o radicalismo da inclusão pode se manifestar na promoção da educação inclusiva, que busca acomodações para as necessidades de todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou limitações. Isso pode envolver a eliminação de barreiras arquitetônicas, a oferta de suporte especializado e a adoção de currículos que reflitam uma ampla variedade de perspectivas. Fazer a crítica radical à inclusão significa, então, conhecer, analisar e problematizar as condições para a sua emergência. (Lopes; Fabris, 2013, p. 13), significa também problematizar as diversas práticas discursivas que determinam verdades sobre a inclusão e a produtividade do envolvimento da educação em uma racionalidade política neoliberal de Estado.

Alguns críticos argumentam que isso pode levar à diluição dos padrões acadêmicos. Em termos políticos, o radicalismo da inclusão pode ser representado por movimentos ou partidos que defendem políticas progressistas de justiça social, igualdade de gênero, equidade racial, entre outros. Esses grupos podem promover mudanças profundas na estrutura da sociedade e na distribuição de recursos.

Medidas radicais são fáceis para corrigir desigualdades sistêmicas e garantir igualdade de oportunidades para todos, enquanto outras consideram essas abordagens como excessivas ou contraproducentes. O equilíbrio entre a promoção da inclusão e o respeito aos direitos individuais e à diversidade de opiniões é um tópico complexo e em constante evolução na sociedade contemporânea, como cita Mantoan (2016, p. 16):

O radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional, à qual já nos referimos anteriormente. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais).

Na perspectiva inclusiva, é eliminada a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e regular. As escolas são chamadas a atender às diferenças sem discriminar, evitando trabalhar separadamente com alguns alunos e sem estabelecer regras específicas para planejamento, aprendizagem e avaliação, especialmente no que tange a currículos, atividades e avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais. (Cirino, 2015).

Não há uma resposta definitiva sobre “a melhor forma de educar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais” (Dias *et al.*, 2023, p. 65), as abordagens variam desde a inclusão total, que propõe a educação de todos os alunos exclusivamente na classe regular, até a ideia de que a diversidade de características exige uma variedade de opções, incluindo classes especiais em escolas públicas e escolas especiais.

A inclusão ajuda a combater o estigma e os estereótipos associados a certas deficiências ou diferenças. Quando as crianças convivem com colegas que têm necessidades especiais, elas são mais propensas a compreender e aceitar as diferenças sem preconceitos. Ao frequentar escolas comuns, às crianças com deficiências ou diferenças têm a oportunidade de se integrarem mais plenamente em suas comunidades locais, o que contribui para uma sociedade mais coesa. Vejamos:

Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os ‘alunos que aprendem

apesar da escola' e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os "especializados" e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais (Mantoan, 2003, p. 18).

A inclusão pode ser vista como um resultado ou produto de uma educação plural, que valoriza a diversidade e promove a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas diferenças. Uma educação plural permite a diversidade de identidades, habilidades, culturas e experiências dos alunos. Isso significa que a escola não busca uniformidade, mas celebra e respeita as diferenças entre os alunos. Quando uma educação plural é adotada, os educadores e as instituições educacionais se esforçam para criar um ambiente onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados, independentemente de suas características individuais.

A inclusão é uma parte intrínseca de uma educação plural. Ela envolve a criação de estruturas, políticas e práticas que garantem que todos os alunos tenham acesso igual às oportunidades educacionais, independentemente de sua origem, raça, gênero, deficiência ou qualquer outra característica. A inclusão é uma parte intrínseca de uma educação plural. Ela envolve a criação de estruturas, políticas e práticas que garantem que todos os alunos tenham acesso igual às oportunidades educacionais, independentemente de sua origem, raça, gênero, deficiência ou qualquer outra característica. Como comenta Mantoan (2003),

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (Mantoan, 2003, p. 20).

O Estado é uma instituição fundamental na organização política de um país. É responsável por exercer o poder soberano, garantir a ordem, promover o bem-estar social e proteger os direitos e liberdades dos cidadãos. No Brasil, por exemplo, o estado é regido pela Constituição Federal de 1988, que estabelece os princípios e diretrizes do sistema político e administrativo.

No entanto, o estado não é apenas uma estrutura burocrática. Ele representa a nação como um todo e é responsável por promover o desenvolvimento

econômico e social, combater a desigualdade, garantir a igualdade de oportunidades e proteger os direitos humanos. Para isso, é necessário que haja uma gestão eficiente e transparente dos recursos públicos, bem como a participação ativa da sociedade na tomada de decisões políticas. Vejamos:

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos (Gomes, 2008, p. 17).

A dimensão cultural da diversidade está relacionada com a influência das normas, valores, tradições e crenças de uma sociedade em relação à diversidade. Cada cultura possui suas próprias formas de entender e lidar com a diversidade, o que pode resultar em diferentes abordagens para questões como inclusão, discriminação e justiça social. A construção social da diversidade refere-se à maneira como as instituições, as estruturas de poder e as dinâmicas sociais influenciam as experiências das pessoas com base em suas diferenças. A sociedade tem a capacidade de definir quem tem acesso a oportunidades, recursos e direitos, muitas vezes com base em categorias de diferença. Isso pode levar à criação de hierarquias e desigualdades que afetam grupos minoritários. Em resumo, a diversidade não é apenas uma característica estática das sociedades, mas sim um conceito que envolve dinamicamente a interseção entre história, cultura e sociedade. A forma como entendemos, valorizamos e tratamos a diversidade é moldada por influências históricas, culturais e sociais, e a consideração dessas dimensões é fundamental para promover uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Vejamos:

Podemos dizer que a sociedade brasileira, a partir da segunda metade do século XX, começa a viver – não sem contradições e conflitos – um momento de maior consolidação de algumas demandas dos movimentos sociais e da sua luta pelo direito à diferença. É possível perceber alguns avanços na produção teórica educacional, no Governo Federal, no Ministério da Educação, nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, nos projetos pedagógicos das escolas, na literatura infanto-juvenil, na produção de material didático alternativo e acessível em consonância às necessidades educacionais especiais dos alunos. Entretanto, apesar dos avanços, ainda existe muito trabalho a fazer (Gomes, 2008, p. 27).

Afinal, as políticas públicas são instrumentos utilizados pelos governos para lidar com os problemas e necessidades da população, buscando promover mudanças positivas e alcançar determinados objetivos. A efetividade de uma política pública pode ser avaliada de diversas maneiras. Em primeiro lugar, é necessário considerar se a política implementada está realmente alcançando os resultados esperados. Isso envolve analisar se as metas e os indicadores estabelecidos estão sendo cumpridos, se os recursos estão sendo utilizados de forma adequada e se os benefícios esperados estão sendo efetivamente entregues à população. Como cita Silva (2015),

Neste sentido, temos que repensar as bases que conformam os processos de elaboração, implementação, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas. Visibilizar, sem pretensão de completude, aspectos que, se observados, podem transformar um simples procedimento administrativo num processo responsável por elevar o status político e social dos atores envolvidos e permitir que cidadãos ingressem no espaço de discussão política e possam lutar pela melhoria da sua volta e de todos ao seu redor (Silva, V., 2015, p. 57-58).

Os processos de elaboração de políticas públicas geralmente envolvem a identificação de problemas ou questões que exigem atenção governamental, seguida pela formulação de estratégias e ações para lidar com essas questões. No entanto, em um ambiente em constante mudança, com novas demandas e complexidades emergentes, é crucial adotar abordagens mais flexíveis e adaptativas. Isso pode envolver a inclusão de múltiplos atores e partes interessadas, como especialistas, organizações da sociedade civil e cidadãos, para garantir que as políticas sejam sustentadas por diversas perspectivas e conhecimentos.

Além disso, a implementação eficaz das políticas públicas requer uma análise cuidadosa dos recursos do governo, dos recursos disponíveis e das organizações organizacionais. A colaboração entre diferentes órgãos supervisionados e a coordenação interdepartamental são fundamentais para evitar lacunas na execução e garantir que os esforços sejam acompanhados. A flexibilidade também é crucial aqui, permitindo ajustes conforme os desafios emergentes e as mudanças de contexto.

Segundo Dias; Matos (2012), a discussão política contemporânea necessita, invariavelmente, considerar o impacto da globalização, visto que esta se manifesta como um processo que entrelaça as sociedades humanas de forma tal que

as dinâmicas locais frequentemente sofrem mais influência do global do que do nacional, justificando assim a constante referência às interações entre o local e o global. Da mesma maneira, este fenômeno se reflete nas políticas públicas. Neste contexto, este capítulo busca explorar as novas atribuições do Estado, em consonância com esta realidade, e o papel das políticas de desenvolvimento local.

Para Dias; Matos (2012, p. 63),

políticas públicas, primeiramente, são desenhadas e formuladas, em seguida, desdobram-se em planos, programas, projetos, base de dados ou sistema de informação e pesquisas, e quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

No que diz respeito ao desenvolvimento das políticas, é importante adotar abordagens adotadas em evidências. Isso envolve a coleta e análise de dados relevantes para informações como políticas de decisão, garantindo que as ações propostas sejam sustentadas por informações mantidas e aprimoradas. Além disso, a tecnologia desempenha um papel crescente nesse processo, facilitando a análise de grandes conjuntos de dados e permitindo mais precisão sobre os resultados das políticas. A avaliação contínua das políticas públicas é igualmente essencial. Isso envolve a monitorização dos resultados das ações integradas, a identificação de lacunas externas ou problemas e a conclusão de configurações. Segundo Silva (2022), afirma:

A implementação, portanto, 'cria' políticas: a implementação de políticas constantemente orienta novas políticas. Como a implementação implica em tomada de decisões, ela própria se constitui em fonte de informações para a formulação de políticas. A prática de análise de programas de governo revela que apenas em raríssimos casos os formuladores de política decidem ex nihilo. As decisões na maioria das políticas setoriais constituem apenas inovações em relação a políticas existentes ou manutenção de políticas existentes realizando-se ajustes incrementais de metas, recursos e prazos de execução.⁶ Como podemos questionar a atuação 'mais proativa' que vem sendo realizada pelo Poder Judiciário brasileiro, quando a sociedade não consegue conhecer, entender e acompanhar os mecanismos de elaboração das políticas públicas. Comumente, os cidadãos se vêem como meros expectadores, desconectados dos dados, informações e indicadores que embasam a formulação de determinada política. Em consequência, os cidadãos que não estão incluídos ou são ineficientemente atendidos por determinado programa estatal, sem uma justificativa claramente delineada pelos poderes públicos, têm buscado o caminho mais fácil e teoricamente mais rápido: ajuizamento de ação judicial com a finalidade de ver sua necessidade atendida pelo Estado (Silva, 2022, p. 4).

Neste sentido, a necessidade de repensar as bases que sustentam os

processos de elaboração, implementação, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas surgem da crescente complexidade dos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. As demandas da população, as mudanças nos contextos sanitários, sociais, tecnológicos e ambientais, bem como a evolução das estruturas governamentais, destacam a importância de uma abordagem mais reflexiva e adaptável na formulação e execução de políticas públicas.

A elaboração de políticas públicas tradicionalmente envolve um ciclo que abrange a identificação de problemas, a definição de objetivos, a criação de estratégias, a implementação de ações e a avaliação dos resultados. No entanto, essa abordagem linear muitas vezes não é suficiente para lidar com a dinâmica e a interconexão dos desafios contemporâneos. Portanto, repensar essas bases implica em adotar abordagens mais flexíveis e participativas, que considerem a diversidade de perspectivas, a colaboração entre diversos atores e a capacidade de adaptação ao longo do tempo.

“Tal influência move gerenciamentos essenciais aos que trabalham com educação, nos mais diferentes âmbitos. Assim, é possível aceitar que o assunto implica pensar, sob a perspectiva da educação” (Freitas, 2018, p. 14) e, nos “[...] programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”. Vejamos Freitas (2018),

Portanto, é fundamental que as escolas e seus atores estejam muito atentos para que tais objetivos originem uma realidade escolar enriquecedora, justa com a maioria da população empobrecida brasileira. Nesse sentido, é preciso pensar em termos da diversidade cultural, étnica, regional e social. Também é necessário considerar que os objetivos levem a ações reais e esperadas. A ideia é que a escola seja suficientemente potente para alcançar a meta de formação consistente dos alunos pelo vasto território nacional. As políticas públicas educacionais precisam ser focadas na realidade brasileira e devem ser definidas de acordo com os grupos sociais a que se destinam, bem como ao tipo de relação que têm com as demais políticas públicas. Esse tipo de política está condicionado (Freitas, 2018, p. 14-15).

A política pode desempenhar um papel importante na promoção da igualdade e na melhoria das condições de vida dos menos favorecidos. No entanto, a eficácia desse papel pode variar de acordo com as abordagens políticas adotadas e as circunstâncias específicas de cada país ou região. Políticas de redistribuição de renda, acesso equitativo a serviços básicos como saúde e educação, programas de assistência social, políticas de inclusão no mercado de trabalho e iniciativas de

desenvolvimento comunitário são exemplos de ações políticas que podem ajudar a melhorar a situação dos menos favorecidos. No entanto, é importante notar que a política sozinha não é a única solução. O sucesso na melhoria das condições dos menos favorecidos também depende de fatores econômicos, sociais, culturais e estruturais. Além disso, as políticas devem ser bem planejadas, implementadas de forma eficaz e monitoradas para garantir que atinjam seus objetivos sem criar dependências indesejadas ou perpetuar desigualdades. Segundo o autor:

Considerando as preocupações freirianas, você já pode identificar termos relacionados com a luta de classes, as contradições econômicas e sociais e as desigualdades de oportunidades educacionais entre os menos e mais favorecidos dos brasileiros. Há ainda as formas contraditórias como que pobres e ricos ocupam lugares nas relações sociais de produção. Freire defende que a política pode libertar os menos favorecidos, e é necessário admitir que, quando se está inserido em uma realidade que faz a todos seres políticos, esse entendimento é salutar. Afinal, a educação é um ato político (Freitas, 2018, p. 17).

O debate político sobre como abordar essas questões muitas vezes gira em torno de questões ideológicas e práticas. Algumas abordagens enfatizam a intervenção do governo e a regulamentação para garantir uma distribuição mais justa de recursos, enquanto outras valorizam mais a liberdade econômica individual como um caminho para o progresso.

5.2 Inclusão social no Estado do Tocantins

Ao focalizar a questão da apropriação da escrita como meio de inclusão social, há que se proceder à reflexão sobre os significados do letramento em sociedades complexas, questão amplamente estudada, que pode ser repensada à luz de manifestações de falantes em conversas espontâneas (Mollica, 2007). Ainda segundo o autor o letramento deve ser compreendido como práticas sociais que envolvem a construção de identidade e poder, ultrapassando os limites da simples habilidade de escrever.

A inclusão de esforços sociais coordenados em vários níveis, incluindo políticas governamentais, práticas empresariais, mudanças culturais e ações individuais. É um processo contínuo que envolve a conscientização, a educação e a promoção de valores que valorizam a diversidade e a igualdade. Como cita Cirino (2015),

Os três aspectos da inclusão apontam para evidentes modificações sociais de aceitação. Mas, se por um lado, há a necessidade de se pensar a inclusão social e escolar levando-se em conta essas modificações sociais, nas pesquisas em torno das especificidades da pobreza e as suas armadilhas há outro aspecto igualmente importante, que são as questões em torno da exclusão educacional e escolar, ou, para ser mais preciso, os fatores condicionantes para que a criança e o adolescente deixem de frequentar a escola. Isso porque a educação é o principal fator que afeta todos os outros componentes motivacionais para a exclusão social. (Cirino, 2015, p. 73).

A inclusão social não é apenas uma questão de justiça social, mas também é fundamental para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade. Quando as pessoas são restauradas, toda a sociedade perde oportunidades de inovação, crescimento e prosperidade. Enfrentamento dessa questão social e implementar políticas públicas que possam criar melhores condições para o efetivo cumprimento das demandas e condições de atendimento das demandas e da obrigatoriedade do ensino. Para pautar objetivos em curto, médio e longo prazo, as intervenções e modificações físicas, materiais, humanas, sociais e legais, para que o sujeito com alguma necessidade especial ou deficiência tenha condições de acesso ao espaço habitual da vida social.

O Plano Estadual de Educação do Estado do Tocantins (2015-2025), aprovado em 8 de julho de 2015 e instituído pela Lei nº 2.977/2015, estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no estado do Tocantins ao longo de um período de dez anos. Este plano alinha-se ao Plano Nacional de Educação (PNE) e visa garantir o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos tocaninenses. O Plano Estadual de Educação do Tocantins 2015-2025 é um documento estratégico que busca assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos os habitantes do estado. (Tocantins, 2015).

Para os autores Miranda, Farias & Pereira (2022, p. 11) a preparação dos profissionais de educação é levada em consideração de maneira essencial, o atendimento de qualidade pode promover o melhor desenvolvimento das habilidades específicas dos alunos. Conforme os autores, assim como em outros estados brasileiros, a política de Educação Inclusiva no estado de Tocantins enfrenta alguns desafios para sua completa efetivação, como o despreparo por parte da comunidade escolar para lidar com a inclusão. Dessa forma, evidenciamos a necessidade de ações formativas mais efetivas, preferencialmente em serviço, e a disponibilização de

equipamentos e softwares de acessibilidade.

Para garantir a efetivação dos Direitos Sociais, a Constituição previu mecanismos para que a população participasse ativamente da formulação e implementação das políticas públicas relacionadas à área. Vejamos:

Neste aspecto, a Conferência insiste na promoção dos Direitos Sociais, uma vez que eles ganham um espaço próprio; constrói – se uma estrutura de participação social, prevê – se financiamento específico para exercê-los e se definem diretrizes específicas nos vários capítulos da ordem social, a exemplo da Seguridade Social, Educação, Cultura e Desporto, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Índios, Função Social da Propriedade e Comunicação Social. (Silva, 2020, p. 384).

Proposta de Educação acessível e de qualidade (contemplar as pessoas nos mais diferentes níveis de ensino), envolvendo a participação democrática de todos. É aprender a conviver, dialogar e perceber falhas no processo ensino-aprendizagem. (Pereira, 2015, p. 87). Essa proposta visa cultivar habilidades de convivência, diálogo e percepção das lacunas no processo de ensino e aprendizagem.

Quando a referência se coloca nas políticas públicas, é preciso considerar que qualquer processo desse tipo requer, antes de qualquer coisa, o levantamento de dados e a produção de conhecimento a respeito da realidade, os descritivos das condições de oportunidades e os diagnósticos sociais. Cirino (2015). É um processo contínuo que requer a colaboração de indivíduos, comunidades, organizações e governos para criar um ambiente onde todos possam prosperar. como cita:

A associação entre as estatísticas de pobreza e de educação evidencia uma característica no Brasil. Apesar do enorme aumento de oferta de vagas nas escolas, ainda há uma grande população com baixa escolaridade que atinge principalmente as classes sociais mais baixas. Mesmo com esforços, as políticas educacionais ainda não lograram sucesso na promoção de equidade de oportunidades (Cirino, 2015, p.75).

Sobre os sistemas de ensino se projeta o ideário iluminista de promoção da diminuição das desigualdades sociais. (Cirino, 2015), a resolução desses problemas exige uma abordagem holística, envolvendo não apenas o setor educacional, mas também questões mais amplas de justiça social, economia e cultura. É crucial que as políticas educacionais sejam informadas para uma compreensão profunda desses fatores e busquem abordar as desigualdades subjacentes de maneira abrangente.

O processo de inclusão na educação requer uma reforma abrangente e

uma reestruturação das escolas, com o intuito de garantir que todos os alunos tenham acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas, como cita Mittle (2015 p. 19). Isso abrange aspectos como o currículo, avaliação, registros acadêmicos, decisões de agrupamento dos alunos, pedagogia e práticas em sala de aula, além das oportunidades de esporte, lazer e recreação. Essa reforma tem como objetivo principal assegurar o acesso e a participação de todas as crianças em todas as possibilidades oferecidas pela escola, evitando a segregação e o isolamento. Essa política visa beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias linguísticas e étnicas, com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, e os que estão em risco de exclusão (Mittle, 2015).

Muitos são as necessidades e os problemas a serem enfrentados, apontados e solucionados, uma vez que se busca alcançar uma educação de qualidade num contexto onde impera a exclusão e a desigualdade social (Silva, V. 2015, p. 53). Diante do objetivo de alcançar uma educação de qualidade, torna-se evidente a multiplicidade de desafios e demandas a serem abordados e resolvidos, especialmente em um cenário caracterizado pela prevalência da exclusão e desigualdade social.

O Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no Brasil, regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. No Capítulo VII, que trata da Cultura, do Desporto, do Turismo e do Lazer, o decreto destaca a necessidade de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência nessas áreas. As pessoas com deficiência devem ser integradas em todas as iniciativas governamentais, levando em consideração suas particularidades, além de abordar aspectos específicos relacionados à cultura, lazer, esporte e turismo. (Brasil, 1999).

Para alcançar inclusão, é indispensável que todos os setores da sociedade, incluindo governo, empresas e organizações não-governamentais, trabalhem de forma conjunta e integrada, desenvolvendo soluções inovadoras e eficazes que atendam às necessidades e aspirações das pessoas com deficiência. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e acessível para todos.

Como diz Mazzotta; D'Antonio (2011, p. 385), pode-se afirmar que a inclusão social se dá em espaços sociais organizados, como a família, a escola, empresas ou outras formas de organização social. Essa inclusão ocorre dentro de um contexto sócio-histórico-cultural, onde as ações e relações são desenvolvidas entre

os indivíduos, uma vez que as instituições sociais só existem através das relações humanas.

É importante notar que as relações entre a cultura e o indivíduo mudaram ao longo das transformações sociais.

5.3 Políticas públicas e educação no Estado do Tocantins

A elaboração e implementação de políticas públicas educacionais são processos fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema educacional em um país. Essas políticas desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades, no acesso à educação de qualidade e no desenvolvimento social e econômico.

Para Miranda; Faria; Pereira (2022), o atual cenário, mais inclusivo, justo e sensível, é fruto de décadas de discussões, lutas e participações, individuais e coletivas, a fim de garantir mais acesso e participação, na sociedade, às crianças com deficiência. No que concerne às políticas públicas dos diferentes níveis e esferas governamentais, elas devem operar na construção deste ambiente social inclusivo que ainda está distante de alcançar o status almejado. Portanto, a efetiva implantação da inclusão escolar de estudantes com deficiência requer o engajamento de todas as partes interessadas, bem como uma abordagem colaborativa e participativa, visando a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estabelecida pela ONU em 2006, representa um ponto de viragem na trajetória da educação especial e inclusiva a nível global. Ao reconhecer as pessoas com deficiência como titulares de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, o tratado destaca a relevância da inclusão total e efetiva tanto na sociedade quanto na educação.

Segundo Quaresma *et al.* (2024, p. 18), a Organização das Nações Unidas (ONU), “teve participação fundamental no movimento internacional por meio de ações e declarações fundamentais na formação de uma compreensão global da educação como um direito humano essencial”. Os autores falam ainda que a ONU tem desempenhado um papel crucial na promoção de políticas e práticas inclusivas através de várias convenções e programas.

Políticas públicas educacionais referem-se às ações e estratégias

inovadoras pelo governo para melhorar a qualidade e o acesso à educação em uma sociedade. Essas políticas são fundamentais para promover o desenvolvimento econômico, social e cultural de um país, pois a educação desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes. Como afirma Lima (2019, p. 20):

Tratando da história da educação brasileira, com foco na educação pública e nas políticas educacionais, Saviani (2008) aponta a gigantesca resistência para a oferta e a manutenção da educação pública no Brasil. Isso indica intensas e persistentes lutas para o povo brasileiro ter acesso à educação. Tal realidade pode ser apreendida a partir da análise de algumas famílias brasileiras. Que tal fazer o exercício de perguntar aos mais velhos sobre quantas gerações anteriores de suas famílias passaram pela escola? Muitas? Poucas? É possível identificar o que impediu famílias menos favorecidas de terem acesso à escola nas gerações anteriores ou o que as levou a terem experiências educacionais incipientes? As respostas a essas perguntas envolvem as políticas públicas educacionais, que deveriam ter sido pensadas e transformadas em ações pelo governo para garantir e colocar em prática todos os direitos previstos na Constituição e em outras leis. Como você sabe, a Constituição Federal de 1988 é conhecida como Constituição Cidadã. Refletir a respeito dela certamente levaria as pessoas a repensarem os seus votos. Os cidadãos devem sempre indagar se o plano de governo daqueles candidatos que escolhem para os representar no Legislativo e no Executivo sustenta políticas públicas educacionais realmente preocupadas com a realidade do ensino.

Segundo Dias; Matos (2012 p. 3), a política abarca uma variedade de significados, todos ligados de alguma forma à posse, manutenção ou distribuição do poder. Uma visão amplamente compartilhada pelos cientistas sociais é a concepção do poder como a capacidade de influenciar o comportamento dos outros. Dessa forma, o poder é entendido como um instrumento pelo qual um grupo ou indivíduo pode conduzir ações realizadas por outros indivíduos ou grupos, sendo assim um elemento fundamental na implementação das políticas.

As políticas públicas em educação visam criar um ambiente educacional que seja acessível, igualitário e de alta qualidade, capacitando os cidadãos para enfrentar os desafios do mundo moderno. A implementação eficaz dessas políticas requer um compromisso contínuo do governo, financiamento adequado e a colaboração de diversos atores, incluindo educadores, pais e comunidade. As políticas públicas visam frequentemente garantir que todas as crianças tenham acesso igualitário à educação. Isso inclui a expansão das escolas, a implementação do transporte escolar e a eliminação de barreiras econômicas, como taxas de matrícula.

O enfoque central reside na harmoniosa integração entre as esferas

institucionais macro e micro, destacando as distintas particularidades e descrições que compõem a identidade global da instituição. Silva (2015) considera que elementos como ambiente de trabalho, práticas pedagógicas, avaliação, gestão institucional, formação dos profissionais da educação, condições de trabalho, ambiente físico da instituição, bem como acesso, permanência e sucesso na escola, convergem para a construção dessa identidade avaliada de maneira abrangente.

De acordo com Dias; Matos (2012, p. 39-40),

Na cena política configurada pelo Estado e pelos órgãos de governo em todas as esferas de atuação existem inúmeros indivíduos, grupos, organizações, movimentos, partidos que influenciam as políticas públicas, quer seja no seu processo de construção, quer na sua implantação e nos seus desdobramentos. Na influência das políticas governamentais, seja na defesa de seus próprios interesses ou dos grupos que representam. Suas estratégias variam, podendo incluir pressão por meio de greves, mobilizações e participação em reuniões, resultando nas políticas públicas moldadas pelas ações desses diversos atores que impactam o processo de formulação das políticas públicas.

Ao longo de um extenso período, as políticas voltadas para a Educação inclusiva dentro de um único sistema educacional foram desenvolvidas gradualmente. Apesar dos esforços iniciais, a inclusão era frequentemente vista como uma necessidade dos alunos se adaptarem ao currículo e aos métodos de ensino predominantes. As iniciativas em andamento para promover um sistema educacional inclusivo frequentemente resultam na expectativa de que os alunos se ajustassem à proposta pedagógica do currículo comum e aos métodos de ensino vigentes.

A discussão em torno das políticas públicas envolve a análise do papel atribuído aos governos na formulação e execução dessas políticas. Essa análise vai além da visão simplista do pluralismo, que sugere que o Estado é meramente influenciado por grupos de interesse. (Serafim; Dias, 2012), também transcende as visões elitistas que retratam o Estado como agente exclusivo das elites no poder, assim como as concepções estruturalistas e funcionalistas que o veem como servo de determinadas classes sociais.

Para Mendes; Silva; Cavalcante Filho (2017, p. 87), a gestão das contas públicas é crucial para o desempenho da economia. De um lado, porque a boa alocação dos recursos públicos pode ser um indicador da qualidade das políticas públicas e do retorno que o governo está dando às necessidades da população. O autor fala ainda que uma administração fiscal prudente e responsável é fundamental

para estabelecer as bases de um clima favorável aos investimentos, impulsionando o crescimento econômico e fomentando a criação de oportunidades de emprego. Como afirma Ferreira (2014),

É importante observar que as Políticas Públicas Educacionais não apenas se relacionam às questões relacionadas ao acesso de todas as crianças e adolescentes às escolas públicas, mas também, a construção da sociedade que se origina nestas escolas a partir da educação. [...]. Aponta-se que as Políticas Públicas Educacionais influenciam a vida de todas as pessoas (Ferreira; Santos, 2014, p. 145).

Outro objetivo das políticas públicas é melhorar a qualidade do ensino. Isso pode ser alcançado através da formação de professores, desenvolvimento de currículos, avaliação de desempenho e investimento em infraestrutura escolar. Políticas públicas buscam reduzir as disparidades na educação. Portanto, é necessário atender desigualmente aos desiguais quando o objetivo é alcançar direitos iguais para todos. E isso se chama equidade. Mendes; Silva; Cavalcante Filho (2017, p. 223).

Isso pode envolver a alocação de recursos extras para escolas em áreas desfavorecidas, programas de bolsas de estudo para estudantes de baixa renda e a promoção de inclusão de estudantes com necessidades especiais. Muitas políticas públicas promovem a inclusão da diversidade cultural no currículo, promovendo uma educação mais inclusiva e sensível à diversidade étnica, cultural e de gênero.

No caso específico do estado do Tocantins, é importante mencionar que a Secretaria Estadual de Educação desempenha um papel fundamental na implementação de políticas de educação inclusiva. Essas políticas visam garantir a participação plena e efetiva de todos os estudantes nas escolas regulares, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.

O Estado do Tocantins segue as diretrizes do Governo Federal na área da Educação, estabelecendo o mínimo exigido pela lei nacional, enquanto reserva a possibilidade de desenvolver outras iniciativas e investimentos conforme sua própria decisão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e outras legislações estaduais reforçam e complementam o objetivo de promover a integração escolar, o que a Constituição Federal de 1988 já apresenta em seus artigos, sob responsabilidade da Secretaria da Educação, Esporte e Juventude do Estado do Tocantins - SEDUC.

A resolução nº 1, de 14 de janeiro de 2010, dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins:

O Conselho Estadual de Educação do Tocantins, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do Art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, pelo inciso I do § 1º do Art. 133 da Constituição Estadual, pelo Art. 33 do seu Regimento, com base no Decreto Federal nº 6.571/2008 e, ainda, considerando a indicação nº 1 do Conselho Estadual de Educação, aprovada no dia 14 de janeiro de 2010. (Tocantins, 2010, p. 23, DOE, n. 3108).

No contexto do Sistema Estadual de Ensino, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é definido como um conjunto de atividades e recursos pedagógicos disponibilizados de forma institucional, complementando ou suplementando a formação dos estudantes inseridos no ensino regular. Conforme cita esta Resolução em seus Artigos, o atendimento para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação far-se-à, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino. (Art. 2º).

A Resolução Nº 028/2016 do Conselho Estadual de Educação do Tocantins estabelece normas para a identificação, avaliação e reclassificação/aceleração de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) na rede pública estadual de ensino. Os alunos com altas habilidades ou superdotação demonstram um desempenho notável ou potencial elevado em aspectos como “capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança [e] talento”, em seu Artigo 2º (Tocantins, 2016, p. 24).

Conforme o artigo 7º, sugere a possibilidade de as Secretarias Estadual e Municipais de Educação colaborarem com entidades externas, como empresas, associações e instituições, visando promover atividades de pesquisa e projetos educacionais em diversas áreas do conhecimento, incluindo a Educação Profissional, com o objetivo de beneficiar estudantes com indicadores de AH/SD (Tocantins, 2016, p. 24).

Foi instituída a “Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno” Opositivo-Desafiador (TOD) no âmbito do Estado do Tocantins, com o objetivo de promover a conscientização e o conhecimento sobre essas condições. LEI Nº 3.854, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021, em seu Art. 1º “Fica instituída a Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e o Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD), no âmbito do Estado do Tocantins a ser realizada, anualmente, na

semana do dia 13 de julho”. Esta data tem como “objetivo promover a conscientização sobre a importância do diagnóstico e tratamento precoces em indivíduos, com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD)” (Tocantins, 2021, p. 3).

Conforme as diretrizes, na ausência de AEE ou Sala de Recursos Multifuncionais no município, cabe aos professores e à equipe pedagógica da escola, em colaboração com o técnico da Educação Especial da DRE e sob a orientação do NAAH/S-TO, identificar os alunos com indicadores de AH/SD, prestar-lhes o atendimento especializado necessário e elaborar o relatório de desenvolvimento individual com parecer pedagógico conclusivo. Conforme descreve a Resolução de 2016.

A Rede Estadual de Ensino se destaca por sua atuação comprometida com a inclusão social, promovendo-a através de uma oferta diversificada de ensino. Essa iniciativa demonstra reconhecimento da diversidade presente na sociedade e busca garantir o acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas origens, necessidades ou características.

Em 2020, mais de 12 mil estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades foram atendidos na rede regular de ensino por meio da proposta integradora da Educação Especial¹.

Segundo Paola Regina Martins Bruno, gerente de Educação Especial da Seduc, o suporte oferecido inclui tradutores e intérpretes de Libras para alunos surdos e com deficiência auditiva, além de auxiliares que ajudam com higiene, locomoção e aprendizagem, conforme as necessidades específicas de cada estudante (Paixão, 2021).

De acordo com Leandro Vieira, titular da Diretoria de Políticas Educacionais da Seduc, a secretaria tem o objetivo de promover o acesso à educação sem barreiras, desenvolvendo e acompanhando ações que incentivem a permanência dos estudantes através da criação de um ambiente escolar acolhedor. Isso inclui orientar as unidades de ensino sobre a sensibilização para o enfrentamento do *bullying* e o respeito às diferenças, além de trabalhar questões relacionadas aos direitos humanos (Paixão, 2021).

A gerente mencionou que o Estado colabora com 31 escolas da Associação

¹ Professora Adriana Aguiar, gestora da Secretaria da Seduc, em anúncio sobre o início das aulas, durante coletiva de imprensa on-line em 13/04/2021. Cf em Gandara (2021).

de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e que os atendimentos são feitos através do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Márcia Dias Costa Nunes, em Palmas, além de 391 salas de recursos multifuncionais espalhadas por 193 unidades escolares em 90 municípios, equipadas com materiais diferenciados e profissionais especializados para atender às diversas necessidades educativas dos alunos (Paixão, 2021).

A Educação Especial tem progredido na capacitação de profissionais das redes estadual e municipal de ensino, incluindo a oferta de um curso de pós-graduação em Transtorno do Espectro Autista (TEA) em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) para 100 professores, além de um curso de extensão em Deficiência Intelectual e Múltipla Sensorial para 750 professores (Paixão, 2021).

A Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Seduc) promove a democratização do acesso à educação desde a educação infantil até o ensino médio, implementando estratégias que impactam positivamente diversos públicos por meio de atividades educacionais, incluindo modalidades como Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA), e educação em sistemas prisionais e socioeducativos (Paixão, 2021).

O Programa de Fortalecimento da Educação (PROFE) se destaca como um marco na história da educação pública do Tocantins. Lançado em 2023 pelo Governo do Estado, o programa representa um investimento robusto e abrangente, com ações estratégicas em oito eixos. Em seu Art. 3º parágrafo I, destaca a promoção de aprendizagens com foco na elevação do desempenho, na educação inclusiva e na equidade, proporcionando espaços de desenvolvimento integral dos estudantes (Tocantins, 2023c).

Em seu primeiro ano de implementação, o PROFE já demonstra resultados positivos, com melhorias na aprendizagem dos alunos, na infraestrutura das escolas e na valorização dos profissionais da educação. O programa contribui significativamente para a construção de um futuro mais promissor para o Tocantins, através da educação de qualidade para todos. Conforme destaca:

A Seduc atende 6.881 estudantes com deficiência na rede estadual e 2.415 nas Associações de Pais e Amigos dos Especiais (Apaes). As salas de recursos multifuncionais e o acompanhamento pedagógico especializado, são exemplos das medidas adotadas para atender às especificidades dos alunos com deficiência, garantindo um ambiente educacional inclusivo, funcional e acolhedor. A rede estadual possui 427 escolas com salas de

recursos multifuncionais, equipadas com computadores, televisores, materiais didático-pedagógicos e mobiliários adaptados para atender de forma personalizada às necessidades dos alunos. Ao todo, há 828 turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, a Secretaria de Educação (Seduc) oferece atendimento a alunos da Educação Especial em 31 Apees distribuídas em diversos municípios. Em Palmas, o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) oferece serviços pedagógicos e atividades variadas, visando promover o desenvolvimento intelectual, físico e comunicativo das pessoas com deficiência. (Miranda, 2024).

Em fevereiro deste ano, o Profe inaugurou a primeira Escola Bilíngue de Surdos do Tocantins, em Palmas, marcando um avanço significativo na inclusão e oferecendo oportunidades educacionais a alunos surdos e com deficiência auditiva. Amoriana Borges, gerente de Educação Bilíngue de Surdos da Seduc, destacou que essa iniciativa demonstra o compromisso do Governo do Tocantins com a qualidade educacional dos estudantes surdos, proporcionando um ambiente de aprendizado que respeita e valoriza a língua de sinais nativa. (Miranda, 2024).

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite é um importante marco na luta pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. O decreto representa um passo significativo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. O Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023, também conhecido como Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Novo Viver sem Limite tem como objetivo principal promover o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, em seu Art. 1º,

Fica instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite, com a finalidade de promover, por meio da integração e da articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência. Parágrafo único. O Novo Viver sem Limite será executado pela União em colaboração com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil (Brasil, 2023, p. 5).

O Decreto reconhece o capacitismo como um dos principais desafios à inclusão das pessoas com deficiência, definindo-o como qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência que impede o pleno exercício dos direitos humanos. Para combatê-lo, o Plano prevê medidas de conscientização, educação e promoção da cultura da inclusão.

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e o Ministério Público Estadual (MPE) realizaram na data de 16 agosto 2023, no auditório do MPE, o “I

Seminário de Educação Inclusiva: direito à acessibilidade e ao atendimento especializado de alunos com deficiência física, intelectual, mental e sensorial da Educação Básica”. O público-alvo são promotores de justiça, gestores municipais, conselhos de educação, conselhos de direito da criança e do adolescente e conselhos tutelares; escolas públicas e particulares. Vejamos:

O objetivo principal é fornecer ao público-alvo noções de direito à acessibilidade educacional do atendimento educacional especializado dos estudantes da educação básica e conhecimento sobre políticas públicas de inclusão educacional de estudantes com deficiência na Educação Básica. Entre os temas abordados destacaram-se Educação Inclusiva na perspectiva da lei brasileira de inclusão; atuação do Ministério Público na garantia do direito à educação das pessoas com deficiência; Educação bilíngue de surdos no Tocantins; A classe hospitalar e o atendimento domiciliar; O atendimento educacional especializado – aspectos legais e práticos, proposta pedagógica escolar e plano de ensino individualizado (Sousa, 2023).

Destacamos na tabela abaixo a distribuição e os critérios para lotação do pessoal lotado nas superintendências regionais de educação que estão divididas por função, setor e código, para o ano de 2024.

A tabela apresentada fornece uma visão detalhada da distribuição de funções e servidores das Superintendências Regionais de Educação. As funções são categorizadas por setor, que incluem Gabinete, Assessoria Executiva, Assessoria Regional de Gestão Administrativa e de Pessoas, e Assessoria Regional de Gestão Pedagógica e Educacional. Cada função é associada a um código e um total de vagas distribuídas por diversas regiões: Araguaína, Araguatins, Arraias, Dianópolis, Gurupi, Miracema, Palmas, Paraíso, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Gabinete: Vagas para Superintendente Regional de Educação, Assistente de Gabinete, Assessor de Assuntos Jurídicos e Educacionais, entre outras funções.

Assessoria Executiva: Inclui funções como Técnico de Núcleo de Controle Interno, Técnico de Políticas de Juventude, Técnico em Atendimento e Apoio aos Municípios.

Assessoria Regional de Gestão Administrativa e de Pessoas: Compreende vagas para Técnico em Recursos Humanos, Auxiliar de Monitoramento de Patrimônio, entre outras.

Assessoria Regional de Gestão Pedagógica e Educacional: Funções como Técnico Pedagógico de Educação Infantil, Técnico Pedagógico de Ensino Fundamental, Técnico de Educação de Jovens e Adultos, etc.

Especificações sobre a composição dos Técnicos Pedagógicos e as áreas abrangidas

incluem Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, e Orientação Educacional. A tabela, ao fornecer uma distribuição detalhada de funções e servidores por região, permite uma melhor visualização e planejamento estratégico da alocação de recursos humanos nas diversas áreas da educação, assegurando a eficácia e a eficiência na gestão educacional.

Tabela 1 - Critérios para lotação de pessoal nas superintendências regionais-2024

SETOR	FUNÇÃO	Código da Função	SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO													Total por Função	
			Araguaína	Araguatins	Arraias	Colinas do Tocantins	Dianópolis	Guaraí	Gurupi	Miracema do Tocantins	Palmas	Paraso do Tocantins	Pedro Afonso	Porto Nacional	Tocantinópolis		
GABINETE	Superintendente Regional de Educação	SRE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Assistente de Gabinete	AG	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico de Assuntos Jurídicos e de Ouvidoria	TEAJ	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
ASSESSORIA EXECUTIVA	Assessor Executivo	AEXE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico de Gestão Financeira	TEGF	3	2	1	1	1	1	3	1	3	2	1	2	2	23	
	Técnico de Núcleo de Controle Interno	TNCI	6	4	3	3	3	3	6	3	6	4	3	4	3	51	
	Técnico de Políticas de Juventude	TEPJ	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Técnico da ASMET - (Assessoria de Apoio aos Municípios)	TASMT	3	3	2	2	2	2	3	2	3	2	3	3	3	33	
	Técnico de Desporto Educacional	TDE	2	2	1	1	1	1	2	1	2	1	2	1	2	20	
	Técnico de Apoio às Associações das UEs e Alimentação Escolar	TEAUA	8	6	4	4	4	4	8	4	8	6	4	6	6	72	
	Nutricionista	NUTC	6	4	2	2	2	2	6	2	6	4	2	4	4	46	
ASSESSORIA REGIONAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PESSOAS	Assessor Regional de Gestão Administrativa e de Pessoas	AGAP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Assistente de Apoio Administrativo - Patrimônio	AAAP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Assistente de Apoio Administrativo - Protocolo e Recepção	AAAPR	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	16	
	Assistente de Apoio ao Usuário - Informática	AAUI	2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	16	
	Auxiliar de Higienezação - DRE	AHD	8	4	4	4	3	5	6	4	6	5	3	7	5	64	
	Motorista *(por veículo)	MOT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Técnico Regional de Transporte Escolar	TRTE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Técnico Operacional e Suporte às Escolas Indígenas	TOSEI	2	0	0	0	0	0	2	3	0	2	2	0	2	13	
	Técnico de Gestão de Pessoas	TEGP	10	6	4	4	4	4	8	4	8	6	4	6	6	74	
	Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio - DRE	AMPD	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	52	
ASSESSORIA REGIONAL DE GESTÃO PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL	Assessor Regional de Gestão Pedagógica e Educacional	AGPE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Técnico de Estatísticas e Informações Educacionais/CENSO	TEIEC	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	16	
	Técnico do Sistema de Gerenciamento Escolar	TCSGE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Técnico Pedagógico de Currículo, Formação e Avaliação da Aprendizagem	TPCFA	10	9	9	9	9	9	10	9	10	9	9	9	9	120	
	Técnico Pedagógico do Ensino Fundamental	TPEF	3	2	2	2	2	2	3	2	3	2	2	2	2	29	
	Técnico Pedagógico do Ensino Médio	TPEM	3	2	1	2	2	1	3	2	3	2	2	2	2	27	
	Técnico Pedagógico de EJA, Campo, Quilombola e Diversidade	TPEJA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Técnico Pedagógico de Educação Especial	TPEE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Técnico Pedagógico de Educação Indígena	TPEI	2	0	0	0	0	0	2	2	0	2	2	0	2	12	
	Técnico Pedagógico de Ensino Integral	TPEID	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	26	
	Técnico Pedagógico de Educação Profissional e Tecnológica	TPEPT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Técnico de Inspeção Escolar	TIE	12	8	5	5	5	6	12	7	13	8	6	9	7	103	
	Técnico Pedagógico de Supervisão e Fortalecimento da Gestão Escolar	TPSE	10	7	5	5	5	5	10	5	10	7	5	7	7	88	
	Técnico Pedagógico de Orientação Educacional	TPOE	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	16	
	Técnico Pedagógico de Tecnologias e Mídias Educacionais	TPTME	2	2	1	1	1	1	2	1	2	2	1	2	2	20	
	Psicólogo	PSIC	3	1	1	1	1	1	3	2	2	2	2	2	2	23	
Assistente Social	ASTS	3	1	1	1	1	1	3	2	2	2	2	2	2	23		
TOTAL GERAL DE SERVIDORES			124	87	70	71	70	72	119	80	115	95	77	93	92	1.165	
Observações Importantes:																	
a) A função de Motorista será ocupada de acordo com o número de veículos disponíveis em cada Superintendência Regional de Educação.																	
b) As Equipes de Currículo, Formação e Avaliação da Aprendizagem serão compostas respectivamente por: 01 Técnico Pedagógico com formação em Pedagogia ; 02 Técnicos Pedagógicos das áreas de Linguagens (sendo: 01 de Letras; e 01 de Língua Estrangeira; Educação Física ou Artes); 02 Técnicos Pedagógicos das áreas de Matemática (Matemática); 02 Técnicos Pedagógicos das áreas de Ciências da Natureza (Ciências; Biologia; Física ou Química) e 02 Técnico Pedagógico das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História; Geografia; Sociologia ou Filosofia).																	
c) O acompanhamento às Escolas Indígenas será realizado pelo Técnico Pedagógico da Educação Indígena, bem como o caso das Escolas do Campo e Quilombola será realizado pelo Técnico Pedagógico de Educação de Jovens e Adultos, Campo e Quilombola.																	
d) Os Psicólogos e Assistentes Sociais lotados nas Superintendências Regionais de Educação, que possuem Escolas Indígenas ficarão responsáveis pelo atendimento das mesmas.																	
e) Os Professores Tutores do programa PROFUNCIÁRIO são defritidos por número de turmas, ou seja, para cada turma é lotado um técnico com 20h.																	

Fonte: (Tocantins, 2023b, p. 29)

Esta Instrução Normativa “estabelece normas sobre o Perfil, Atribuição e Lotação do Profissional de Apoio Escolar Especial e Inclusão” (PAEEI) na Rede Estadual de Ensino do Tocantins para o ano de 2024, profissionais PAEEIs lotados nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, ano 2024. Como também todas as Superintendências Regionais de Educação do Estado do Tocantins, que deverão

atender esta Instrução Normativa (Tocantins, 2023a, p. 29).

Os pontos principais que esta Instrução Normativa traz é sobre o perfil dos profissionais de apoio escolar especial e inclusão que vão trabalhar, Curso de formação específica em Educação Especial e Inclusão; experiência comprovada em atendimento educacional especializado, como também atribuições para auxiliar no desenvolvimento das atividades pedagógicas com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, promovendo a inclusão dos mesmos.

Resumo detalhado da **tabela 02**, com carga horária de aulas com duração de 50 minutos, ela é composta por sete colunas, cada uma com informações específicas sobre a carga horária de aulas e atividades. Promovendo a Inclusão Educacional com transparência e eficiência ,a tabela abaixo com carga horária de aulas com duração de 50 minutos, uma ferramenta essencial para facilitar a gestão da carga horária dos professores e promover a inclusão educacional de alunos com necessidades especiais.

Estrutura e benefícios da tabela, foi cuidadosamente desenvolvida para fornecer uma visão clara e detalhada das cargas horárias semanais e mensais, tanto de aulas regulares quanto de atividades complementares. Com a tabela, é possível: Planejar e organizar a carga horária, número de aulas semanal e mensal, considerando a variação de 1 a 28 aulas semanais e 5 a 126 aulas mensais. número de aulas atividades semanal e mensal, inclusão de atividades complementares em sua programação, variando de 1 a 19 aulas semanais e 4 a 82 aulas mensais.

Para facilitar a Gestão Administrativa: Total de aulas semanais mais aulas atividade: Tem se uma visão completa da soma total de aulas e atividades semanais, variando de 2 a 48. Quanto ao total de Aulas Mensais: Visualiza –se a soma mensal, de 9 a 216, para uma gestão mais precisa, promovendo a Inclusão Educacional, a tabela é um passo importante para garantir que todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais, recebam a atenção e o suporte necessários. Ao ajustar a carga horária de acordo com as necessidades específicas, promovemos um ambiente educacional mais inclusivo e justo. A tabela é uma ferramenta poderosa para melhorar a eficiência administrativa e promover a inclusão educacional, oferecendo os melhores recursos para nossos educadores e alunos, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

TABELA 2 - Carga horária de aulas com duração de 50 minutos

Nº AULAS SEMANAL	Nº DE AULAS MENSAL	Nº DE AULAS ATIVIDADES SEMANAL	Nº DE AULAS ATIVIDADE MENSAL	TOTAL DE AULAS SEMANAIS + AULAS ATIVIDADE	TOTAL DE AULAS MENSAIS	Nº DE HORAS MENSAL - FOLHA DE PAGAMENTO (CONVERSÃO DE AULAS EM HORA)
1	5	1	4	2	9	8
2	9	1	5	3	14	12
3	14	2	9	5	23	19
4	18	3	13	7	31	26
5	23	3	15	8	38	32
6	27	4	19	10	46	38
7	32	5	23	12	55	46
8	36	5	25	13	61	51
9	41	6	28	15	69	58
10	45	7	32	17	77	64
11	50	8	36	19	86	72
12	54	8	38	20	92	77
13	59	9	41	22	100	83
14	63	10	45	24	108	90
15	68	10	47	25	115	96
16	72	11	51	27	123	103
17	77	12	54	29	131	109
18	81	13	58	31	139	116
19	86	13	60	32	146	122
20	90	14	64	34	154	128
21	95	15	66	36	161	134
22	99	15	69	37	168	140
23	104	16	72	39	176	147
24	108	17	77	41	185	154
25	113	18	80	43	193	161
26	117	18	83	44	200	167
27	122	19	86	46	208	173
28	126	20	90	48	216	180

Fonte: (Tocantins, 2023a)

Esta tabela traz o número de aulas semanal, mensal, atividades semanais, atividade mensal total, de aulas semanais, aulas atividade total, folha de pagamento (conversão de aulas em hora). A Instrução Normativa nº 16 de 22 de dezembro de 2023, diz: Art. 11. “Em caso de ausência do Profissional de Apoio, a escola não pode se recusar a receber o estudante atendido, cabendo a unidade escolar organizar-se para realizar o apoio e atender às necessidades de alimentação, higiene e locomoção do estudante” (Tocantins, 2023b, p. 30).

A permanência e o direito à aprendizagem dos estudantes da educação especial são questões fundamentais para a construção de um sistema educacional inclusivo e equitativo. A inclusão educacional é um direito garantido por diversas

legislações nacionais e internacionais, como a Constituição Federal do Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

A permanência escolar refere-se à capacidade dos estudantes de se manterem na escola durante todo o ciclo educacional, evitando a evasão. Para os estudantes da educação especial, a permanência está intrinsecamente ligada à oferta de um ambiente acolhedor, adaptado e que respeite suas necessidades específicas. A permanência não é apenas uma questão de presença física na escola, mas também de envolvimento significativo nas atividades educativas e sociais. A Resolução N. 019, de 16 de janeiro de 2024 publicada no DOE 6523 de 04 de março de 2024, “estabelece normas complementares que regulamentam o acesso, a permanência e o direito à aprendizagem dos estudantes da Educação Especial pertencentes ao Sistema Estadual de Educação do Tocantins - SEE/TO” (Tocantins, 2024, p. 51).

A permanência e o direito à aprendizagem dos estudantes da educação especial são componentes essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É preciso um compromisso contínuo de todos os setores da sociedade para garantir que esses estudantes tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e participação que seus colegas.

Contudo, avanços significativos podem ser alcançados por meio de políticas públicas desenvolvidas, investimento em formação continuada para educadores e promoção de uma cultura escolar inclusiva.

Nesta mesma Resolução assegura as responsabilidades da instituição de ensino, em seu Art. 18. Fala da oferta educação básica para os estudantes, público-alvo da educação especial deve assegurar:

- I – Os padrões de qualidade;
- II – O zelo pelas aprendizagens dos estudantes;
- III – A continuidade do desenvolvimento das competências e dos objetivos de aprendizagem contidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular do Território do Tocantins para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Médio, como também nos projetos políticopedagógicos, no decorrer de cada ano letivo;
- IV – A mobilização de docentes e gestores das instituições educacionais para o planejamento e organização de atividades pedagógicas, presenciais e não presenciais, específicas para o estudante público da Educação Especial;
- V – O acesso dos docentes às tecnologias digitais de informação e comunicação, bem como a comunicação alternativa e aumentativa para aprimoramento na elaboração do Plano de Ensino Individualizado – PEI, da classe comum do ensino regular, e do Plano de Desenvolvimento Individual

(PDI) para o AEE, de forma a garantir a adaptação e flexibilização curricular e atendimento às especificidades dos estudantes; e
VI – O acesso a todos os estudantes, público da educação especial, ao ensino regular, com condições de igualdade de aprendizagens, com base nos princípios do Desenho Universal Aplicado à Aprendizagem – DUA, acompanhamento e monitoramento, considerando as suas especificidades (Tocantins, 2024, p. 52-53).

Segundo Santo; Paula; Martines (2017 p. 91) o (AEE) não deve ser visto como um reforço escolar, nem como um simples espaço de socialização. Embora esses aspectos possam ocorrer durante o atendimento, o principal objetivo do AEE é ampliar as possibilidades de aprendizagem para estudantes com deficiência. Isso é feito através de recursos específicos e estratégias pedagógicas que visam atender às necessidades individuais desses alunos, promovendo seu desenvolvimento educacional e sua inclusão efetiva no ambiente escolar.

De acordo com Savini (2008 *apud* Lima *et al.*, 2019, p. 15)

sinaliza que a política educacional trata das decisões que o poder público, o estado brasileiro, costuma tomar em relação à educação. Ela diz respeito às perspectivas e aos limites da política educacional brasileira. O autor assegura o seguinte:

No que se refere aos limites da política educacional brasileira, haveria muitos aspectos a considerar. Penso, porém, que as várias limitações são, em última instância, tributárias de duas características estruturais que atravessam a ação do Estado brasileiro no campo da educação desde as origens até os dias atuais. Refiro-me à histórica resistência que as elites dirigentes opõem à manutenção da educação pública; e à descontinuidade, também histórica, das medidas educacionais acionadas pelo Estado. A primeira limitação materializa-se na tradicional escassez dos recursos financeiros destinados à educação; a segunda corporifica-se na sequência interminável de reformas, cada qual recomeçando da estaca zero e prometendo a solução definitiva dos problemas que se vão perpetuando indefinidamente.

As políticas públicas são ações, programas e decisões tomadas pelos governos para solucionar problemas e atender às necessidades da sociedade. No contexto da educação inclusiva, as políticas públicas desempenham um papel crucial para garantir que todos os alunos, independentemente das suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. As políticas devem considerar a inclusão como um valor fundamental na educação, promovendo a participação de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais.

A implementação bem-sucedida das políticas públicas requer não apenas a análise criteriosa da realidade social, econômica e política, mas também a capacidade de interação e negociação democrática entre os diferentes atores envolvidos no processo (Dias; Matos, 2012, p. 63).

Os dados revelam que é o setor público que mais tem absorvido as matrículas em Educação Especial, enquanto que no ensino superior é o setor privado que mais atende esta demanda. Ao mesmo tempo, pode-se observar que a participação nos dois níveis, considerando o tipo de deficiência indica perfis sociais diferentes (Seibel, 2007, p. 2-3 *apud* Mello, 2010, p. 6).

5.4 Educação Inclusiva no Estado do Tocantins

A partir da década de 1970, o Brasil tem testemunhado um movimento significativo de reformulação legislativa e promoção da educação inclusiva. Essas mudanças abrangem a atualização dos documentos oficiais que delineiam as diretrizes para a implementação da educação inclusiva, destacando-a como um direito fundamental e uma prática benéfica para todos os alunos, independentemente de deficiências. Essas transformações têm impulsionado uma revisão e uma implementação mais abrangente das práticas educacionais relacionadas a essa abordagem. Contudo, fica evidente que a simples coexistência de alunos com e sem deficiência no mesmo ambiente físico não garante uma inclusão verdadeira. (Silva, 2017, p. 14) Assim, políticas e diretrizes foram concebidas ao longo do tempo, visando aprimorar as práticas de educação especial rumo a uma abordagem inclusiva.

Segundo Mittler (2015, p. 37), essa tarefa de ensinar “não é tão difícil quanto pode parecer, pois a maioria dos professores já têm muito do conhecimento e das habilidades que eles precisam para ensinar de forma inclusiva. O que lhes falta é confiança em sua própria competência”.

Muitos de nós, envolvidos na educação de professores de necessidades especiais, parecem ter assumido que os professores das escolas regulares sabem pouco ou nada sobre as crianças com necessidades especiais ou sobre como incluí-las em escolas regulares (Mittler, 2015).

Para Barreto; Barreto (2014), é perceptível a escassez de estímulos nos ambientes educacionais, resultando em fracassos escolares frequentemente atribuídos unicamente aos alunos, enquanto o sistema escolar escapa da responsabilidade. Essas experiências sociais constituem não só um obstáculo, mas também uma barreira ao aprendizado do estudante.

Para muitos professores com longa experiência no sistema educacional brasileiro, o conceito de inclusão pode ser familiar devido às várias formações continuadas ao longo de suas carreiras. No entanto, as estatísticas revelam uma

realidade desafiadora quando se trata da efetiva implementação dessa prática. Surgem questionamentos pertinentes: compreendemos verdadeiramente o significado da inclusão na prática educacional? A sociedade, de forma ampla, demonstra respeito e acolhimento à diversidade em seu cotidiano cultural e social? Em meio a retrocessos na educação, a igualdade de acesso ao ensino emerge como uma das áreas mais afetadas (Fonsêca; Matos 2023).

Ainda conforme Fonseca; Matos (2023), embora muitos professores tenham familiaridade com o conceito de inclusão devido a sua formação contínua ao longo de suas carreiras, as estatísticas revelam desafios significativos na implementação efetiva dessa prática. Isso suscita questionamentos sobre o verdadeiro entendimento do significado da inclusão na prática educacional e se a sociedade como um todo demonstra respeito e acolhimento à diversidade em seu cotidiano cultural e social. Em meio a retrocessos na educação, a igualdade de acesso ao ensino emerge como uma das áreas mais afetadas.

Afirma Oliveira (2024),

‘Desenho universal para a aprendizagem, acessibilidade e tecnologia assistiva’ foi dedicado aos conceitos que permeiam os princípios do desenho universal para a aprendizagem (DUA), com foco nos aspectos de acessibilidade curricular e, principalmente, naqueles elementos que possibilitam essa acessibilidade, nas suas mais distintas dimensões, eliminando possíveis barreiras que podem impedir o estudante de participar do processo de aprendizagem e de formação humana.

“A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação” (Pacheco; Eggertsdóttir; Marinósson, 2007, p. 15). Segundo os autores, uma escola inclusiva deve adotar práticas pedagógicas que sejam mais diversificadas, flexíveis e colaborativas do que as de uma escola tradicional, ajustando-se às necessidades de todas as crianças que desejam se matricular, ao invés de esperar que crianças com necessidades especiais se adaptem ao ambiente escolar tradicional.

O Tocantins Conectado se apresenta como um marco ambicioso no cenário educacional do estado, traçando um roteiro abrangente para integrar a tecnologia digital ao cotidiano das escolas públicas. Mais do que simplesmente conectar as instituições à internet, o programa mergulha em um universo de ações estratégicas, visando a ampliar o acesso à informação, qualificar o ensino-aprendizagem e preparar

os alunos para os desafios do século XXI.

O governo do Estado do Tocantins, está investindo aproximadamente R\$ 53 milhões para implementar o projeto Tocantins Conectado em 139 municípios, visando desenvolver políticas educacionais que promovam o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para beneficiar estudantes e professores da rede pública de ensino.

Segundo Joneidson Marinho Lustosa, superintendente de Tecnologias Aplicadas na Educação da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc), o projeto busca promover a inclusão digital de professores, diretores, coordenadores pedagógicos e alunos. O objetivo é incentivar o uso pedagógico das tecnologias, fomentar a produção de conteúdos digitais, e promover a pesquisa e o estudo de softwares educacionais (Rodrigues, 2013).

Para Munhoz (2016, p. 12), “a tecnologia pode ser vista de modo restrito ao âmbito técnico como o resultado do estudo sistemático que o ser humano desenvolve sobre novos métodos e formas de desenvolvimento de suas atividades de forma mais produtiva”. A educação vai além da tecnologia, mas pode ser vista de forma similar, pois envolve o uso de métodos para garantir a formação e o desenvolvimento de conhecimentos que se traduzem em competências e habilidades.

Ao combinar as duas definições, é essencial evitar a visão de um conceito centrado unicamente na educação proporcionada pelo uso de máquinas. Para Munhoz (2016), a tecnologia educacional deve ser vista como uma metodologia ou um processo que não apenas auxilia professores e alunos em suas atividades, mas também enriquece a experiência de aprendizagem, tornando-a mais significativa e fascinante.

As Tecnologias da Educação e Comunicação – TIC – vêm incorporando, vez mais, a lógica interacionista. Para Brito (2015, p. 42), essas modalidades educacionais procuram fomentar não só o uso de tecnologias, como, também, da sua forma de comportamento entre o aluno com o outro e consigo mesmo.

Para cumprir esse propósito, é necessário que o educador do século XXI ensine ao aluno a observar o seu entorno, tanto com uma visão ampla quanto detalhada, permitindo uma compreensão crítica e contextualizada dos conhecimentos adquiridos, visando o bem-estar coletivo (Brito, 2015).

A tecnologia educacional desempenha um papel cada vez mais importante na promoção da educação inclusiva. Ela oferece ferramentas e abordagens que

podem ser personalizadas para atender às necessidades individuais dos alunos, permitindo uma abordagem mais flexível e diferenciada no ensino e na aprendizagem.

A acessibilidade física das escolas, incluindo rampas, banheiros acessíveis e salas adaptadas, é uma preocupação importante. Além disso, é essencial fornecer recursos, materiais e tecnologias assistivas para alunos com necessidades especiais. É importante ressaltar que a Educação Inclusiva é um processo contínuo e em evolução, e o estado do Tocantins, como outras regiões do Brasil, está trabalhando para melhorar a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, garantindo que todos tenham igualdade de oportunidades de aprendizado. destaca Mello (2010),

Alguns estudos apontaram como necessidade mais emergente para a inclusão a especialização e aperfeiçoamento continuado dos professores, além da disponibilidade de tecnologia assistiva. Todavia, como interface desse processo, a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular significa mais do que apenas criar vagas e proporcionar-lhes recursos materiais, exige que tanto a escola quanto a sociedade assegurem igualdade de oportunidades a todos os alunos. Corroborando essa ideia, há relatos[9] de que mesmo frequentando a escola, isso não concretiza a experiência de pertencimento, tampouco a inclusão do aluno com deficiência na dinâmica escolar. Na prática, percebe-se que mesmo aqueles alunos com deficiência que se encontram inseridos no sistema regular de ensino, eles continuam sendo isolados dos seus colegas sem deficiência, o que reforça a lógica do preconceito, na qual a pessoa com deficiência, em função de seu corpo deficiente, é vista sem necessidades cognitivas, de interações sociais e de aprendizagem (Mello, 2010 p. 3).

Segundo Silva (2017), a implementação da escola inclusiva se torna um desafio cotidiano para os envolvidos, onde as principais dificuldades residem na capacitação dos professores para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos e na escassez de investimentos por parte das autoridades competentes. A formação dos professores emerge como um aspecto crucial, uma vez que muitos se sentem inseguros diante da perspectiva de receber alunos com necessidades especiais, destacando a deficiência na preparação proporcionada pelos currículos dos cursos de pedagogia e licenciatura, que carecem de ênfase na educação inclusiva. Além disso, a escassez de oportunidades de capacitação agrava essa lacuna deixada pelo ensino de graduação na formação docente.

Além de características individuais. Apesar disso, sabemos que essas mudanças estão intimamente ligadas aos períodos históricos correspondentes, pois foram produtos de políticas públicas baseadas nas visões e concepções de mundo

vigentes em tais momentos. Além de características individuais. Apesar disso, sabemos que essas mudanças estão intimamente ligadas aos períodos históricos correspondentes, pois foram produtos de políticas públicas baseadas nas visões e concepções de mundo vigentes em tais momentos (Silva, 2017, p. 25).

Segundo Barreto; Barreto (2014, p. 12-13), ao discorrer sobre a educação de crianças com “necessidades educacionais especiais, encontramos uma semelhança marcante entre o reconhecimento da infância e o reconhecimento do sujeito deficiente: a superação da invisibilidade”. Os autores falam de outra semelhança que pode ser observada é o “predomínio do conceito filantrópico e assistencialista que permeou o [início] do cuidado dispensado tanto aos escolares das camadas mais pobres como aos deficientes”.

A história da educação especial pode ser dividida em quatro fases distintas, cada uma representando uma abordagem diferente em relação à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais: exclusão, segregação ou separação, integração e inclusão.

Segundo Sasaki (1997, p. 16),

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais.

O modelo de exclusão, que perdurou por um longo período, fundamentava-se na concepção de que o sujeito deficiente era considerado inválido e incapaz, incapaz de conviver com os demais e com pouca contribuição para a sociedade, sendo relegado aos cuidados da família. Esse pensamento gerou práticas como abandono e até mesmo morte para muitas pessoas com deficiência. Sob esse modelo, aqueles com necessidades educacionais especiais eram completamente excluídos de qualquer forma de instituição educacional.

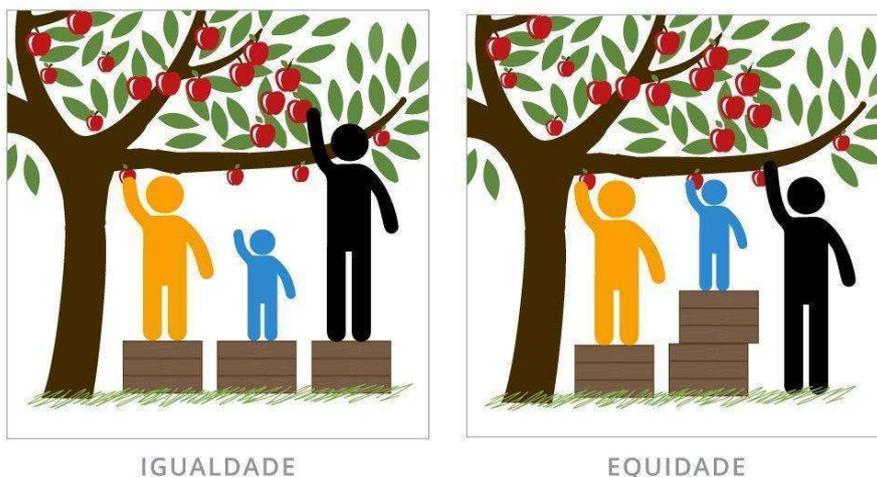
Neste contexto, a tecnologia assistiva desempenha um papel crucial na promoção da educação inclusiva, pois fornece ferramentas e recursos que ajudam os alunos com diversas habilidades a participar ativamente no ambiente educacional. É fundamental que educadores, desenvolvedores de tecnologia e formuladores de políticas trabalhem em conjunto para garantir que a tecnologia assistiva seja eficaz e

amplamente disponível, apoiando assim a educação inclusiva e proporcionando oportunidades iguais de aprendizado para todos os alunos. Para as pessoas com deficiência não há acesso à educação fora de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, a educação inclusiva aborda uma série de iniciativas e propostas que procuram avançar em direção à educação de qualidade para todos os alunos, conforme:

Na verdade, a professora que busca a resolução de problemas funcionais, no dia a dia da escola, mesmo sem sabê-lo produz tecnologia assistiva. Por exemplo, ao engrossar o lápis para facilitar a apreensão e a escrita ou ao fixar a folha de papel com uma fita adesiva para possibilitar que não deslize com a movimentação involuntária do aluno com deficiência. Ou ainda, ao projetar um assento e um encosto de cadeira que garanta a estabilidade da postura corporal e favoreça o uso funcional das mãos. Ao fazê-lo dessa forma, a professora cria soluções e estratégias, a partir do reconhecimento de um universo particular. Portanto, a tecnologia assistiva deve ser compreendida como resolução de problemas funcionais, em uma perspectiva de desenvolvimento das potencialidades humanas, valorização de desejos, habilidades, expectativas positivas de aprendizagem e qualidade de vida (Mello, 2010. p. 5).

Em resumo, a combinação da educação inclusiva com a tecnologia assistiva não apenas proporciona um ambiente educacional mais equitativo, mas também capacita os alunos com diferentes habilidades a alcançarem seu pleno potencial.

Figura 2 - Edição de arte



Fonte: (Mascotto, 2016).

Na figura acima podemos observar a diferença entre igualdade e equidade. Na Igualdade observamos o fato de não se apresentar diferença de qualidade ou

valor, em uma determinada comparação, mostrando-se as mesmas dimensões para todos. Na equidade todos recebem conforme a necessidade de cada um, e neste contexto da equidade está inserida a educação inclusiva que melhor atende as necessidades das pessoas com deficiência ou não, reconhecendo o direito de cada um.

O público-alvo da educação especial inclui alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). A educação inclusiva garante o respeito para com o indivíduo de acordo com suas especificidades, não podemos negar que são necessárias mudanças para que seja de fato implantada modificação, para que todos sejam contemplados. Estes alunos podem apresentar uma variedade de condições e características que exigem abordagens pedagógicas específicas para garantir que recebam uma educação adequada e inclusiva. A abordagem inclusiva na educação especial promove a participação ativa desses alunos em atividades acadêmicas, sociais e extracurriculares, buscando garantir que eles atinjam seu máximo potencial. Como afirma Montenegro (2018),

Um dos maiores desafios no tratamento da criança com transtorno do espectro autista (TEA) é a inclusão escolar. Inclusão é muito mais do que fazer uma rampa na calçada ou na entrada de um prédio. Inclusão refere-se não só às atividades pedagógicas, mas também às atividades sociais e de lazer. Na escola, inclusão deve possibilitar que toda criança ou adolescente possa frequentar a sala de aula da rede regular de ensino. Sem nenhuma exceção. A escola deve permitir que o aluno desenvolva não só suas habilidades pedagógicas, mas também deve prepará-lo para que possa participar da sociedade como um todo. (Arruda & Almeida, 2014) Adaptações pedagógicas fazem parte do tratamento da criança com TEA. Nem sempre a existência do TEA é óbvia (principalmente para as outras crianças) e comunicar aos colegas o que está acontecendo pode ajudar muito. É claro que isso só poderá ser feito após a permissão dos pais da criança com TEA. Quando explicamos para classe que uma criança tem algum tipo de dificuldade e por isso tem tratamento diferenciado, elas terão mais paciência com o amigo (quando for necessário) e também vão querer ajudá-lo sempre que for preciso. É mais fácil para uma criança entender que o colega tem direito a tratamento diferenciado se ela está ciente de que existe um problema de saúde. Quando a escola deixa claro que as pessoas são diferentes e têm necessidades diferentes, geralmente grande parte do problema é resolvido. Para crianças, é simples entender que quem não enxerga bem tem o direito de usar óculos, assim como quem tem TEA pode sair da sala caso haja dificuldade em ficar sentado muito tempo (Montenegro; Celeri; Casella, 2018, p. 21).

Na Declaração Salamanca (94) é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial que estabelece entre outras que:

Muitas das mudanças requeridas não se relacionam exclusivamente à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Elas fazem parte de uma reforma mais ampla da educação, necessária para o aprimoramento da qualidade e relevância da educação, e para a promoção de níveis de rendimento escolar superiores por parte de todos os estudantes. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos enfatizou a necessidade de uma abordagem centrada na criança objetivando a garantia de uma escolarização bem-sucedida para todas as crianças. A adoção de sistemas mais flexíveis e adaptativos, capazes de mais largamente levar em consideração as diferentes necessidades das crianças irá contribuir tanto para o sucesso educacional quanto para a inclusão. As seguintes orientações enfocam pontos a ser considerados na integração de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas inclusivas. Flexibilidade Curricular (Declaração [...], 1994, item 25).

A Declaração de Salamanca enfatiza a importância da colaboração entre os sistemas educacionais regulares e os serviços de educação especial. Ela destaca a necessidade de remover barreiras sociais, culturais e econômicas que podem impedir o acesso à educação de todos os estudantes. A Declaração de Salamanca teve um impacto significativo nas políticas educacionais em muitos países ao redor do mundo, influenciando a transição de modelos segregados para abordagens mais inclusivas. No entanto, é importante observar que a implementação dessas políticas pode variar em diferentes contextos nacionais e regionais.

Portanto, independente da cultura em que o indivíduo esteja inserido, cada ser humano, em sua individualidade, pelo simples fato de ter nascido, tem dignidade e direitos iguais a qualquer outro. (Silva, 2020, p. 83), segundo o autor, a concepção universal dos direitos humanos deriva da noção de inerência, que sugere que tais direitos são inalienáveis e estão intrinsecamente ligados a todos os seres humanos, independentemente de tempo, localização ou identidade.

Em última análise, o Estado do Tocantins tem suas diretrizes Legislativas do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, uma vez que o Estado deve seguir o mínimo estabelecido pela lei, e decidir o menor e ampliar outras ações. Como afirma:

Criou-se a Gerência de Educação Especial, pertencente à Superintendência de Desenvolvimento da Educação, tendo por atribuição oferecer acompanhamento a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, no âmbito político, pedagógico e administrativo (Capuzzo *et al.*, 2019, p. 43 *apud* Fonsêca; Matos, 2023, p. 554).

Com a responsabilidade de acompanhar a Educação Especial no Sistema

Estadual de Ensino do Tocantins, tanto em aspectos políticos, quanto pedagógicos e administrativos.

O **Gráfico 1** que estamos analisando apresenta uma visão abrangente do percentual de docentes com formação continuada no estado do Tocantins entre os anos de 2016 e 2021. Essa análise é crucial para entendermos o desenvolvimento profissional dos professores ao longo dos últimos anos e identificarmos possíveis tendências e áreas que necessitam de mais atenção.

Nos últimos cinco anos, observa-se um crescimento contínuo no percentual de docentes que participam de programas de formação continuada. Esse aumento pode ser atribuído a diversas iniciativas governamentais e institucionais que visam a capacitação dos professores, reconhecendo a importância da atualização constante no ambiente educacional.

No **gráfico 01** apresentado ilustra a evolução do percentual de docentes com formação continuada no estado de Tocantins, ao longo do período de 2016 a 2021. A análise dos dados revela tendências importantes no desenvolvimento profissional dos educadores.

Em 2016, 38,0% dos docentes do Estado do Tocantins possuíam formação continuada. Este percentual representava um ponto de partida significativo, mas demonstrava a necessidade de maior investimento na capacitação contínua dos professores. No ano seguinte, 2017, o percentual permaneceu o mesmo, com 38,0% dos docentes participando de programas de formação continuada, mostrando uma estabilidade inicial.

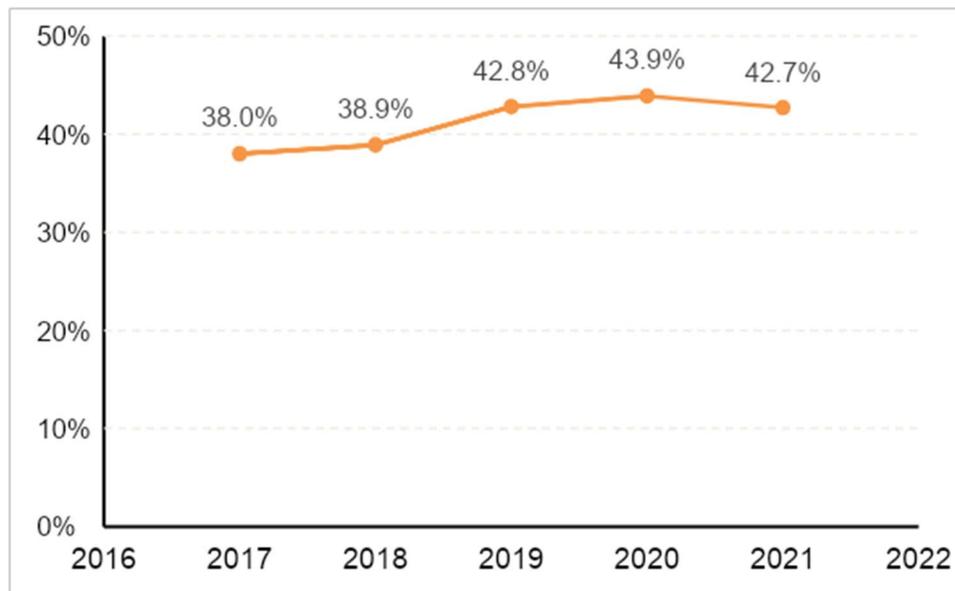
Em 2018, houve um leve aumento, com 38,9% dos docentes envolvidos em programas de formação continuada. Este crescimento, embora modesto, indicava um movimento positivo na valorização da educação continuada. Em 2019, o percentual de docentes com formação continuada teve um salto considerável, atingindo 42,8%. Este aumento de quase quatro pontos percentuais refletia um esforço mais robusto por parte das instituições educacionais e do governo estadual em promover a qualificação dos professores.

O ano de 2020 consolidou essa tendência de crescimento, com o percentual chegando a 43,9%. Este foi o ponto mais alto no período analisado, sugerindo que as iniciativas para a formação continuada estavam alcançando um número crescente de educadores. No entanto, em 2021, houve uma ligeira queda no percentual, que recuou para 42,7%. Apesar dessa redução, o valor ainda se mantinha

significativamente acima dos níveis de 2016 a 2018, mostrando que a formação continuada continuava a ser uma prioridade, mesmo diante de possíveis desafios enfrentados durante o ano.

Esses dados são fundamentais para entender o panorama da educação em Tocantins, destacando a importância da formação continuada como ferramenta para o aprimoramento da qualidade do ensino. A capacitação dos docentes é essencial para enfrentar os desafios educativos contemporâneos e garantir um ensino de excelência para os estudantes.

Gráfico 1 – Percentual de Docentes com Formação Continuada - Tocantins – 2016- 2022



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, ano 2022.

Ao analisar a evolução do número de docentes por etapa de ensino no estado do Tocantins entre os anos de 2016 e 2021, é possível observar tendências significativas que refletem tanto as mudanças nas políticas educacionais quanto às demandas, houve uma queda no número de docentes de 2016 a 2021.

No **gráfico 02** nos mostra a trajetória do percentual de docentes que participaram de formação continuada no estado do Tocantins, no período de 2016 a 2022. Os dados foram coletados pelo Deed/Inep com base no Censo Escolar da Educação Básica de 2022, proporcionando uma visão abrangente sobre o investimento na qualificação dos professores na região.

Análise dos Dados por Ano: Em 2016, 38,0% dos docentes do Tocantins haviam participado de programas de formação continuada. Este ano marca o ponto de partida da análise, destacando a necessidade inicial de investimentos em qualificação profissional contínua para os educadores.

2017: O ano de 2017 viu um pequeno aumento, com 38,9% dos docentes envolvidos em formação continuada. Esse crescimento, embora modesto, sugere uma conscientização inicial sobre a importância da atualização profissional.

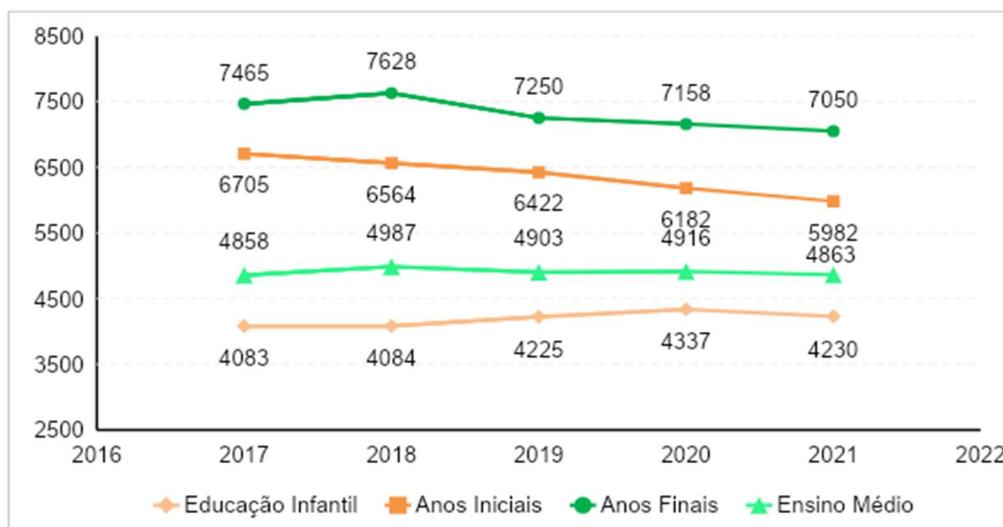
2018: Mantendo-se constante em 38,9%, o percentual de 2018 mostra estabilidade. Esse período pode ter sido de consolidação das políticas de incentivo à formação continuada implementadas anteriormente.

2019: Em 2019, o gráfico registra um crescimento significativo para 42,8%. Este aumento de quase 4 pontos percentuais indica uma expansão nos programas de formação e possivelmente uma maior adesão dos docentes às oportunidades de desenvolvimento profissional.

2020: O crescimento continua em 2020, atingindo 43,9%. Este avanço pode ser atribuído a novas iniciativas de formação continuada, possivelmente impulsionadas pela necessidade de adaptação a novas metodologias de ensino, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19.

2021: Em 2021, há uma leve queda para 42,7%. Esta redução pode estar associada a diversos fatores, incluindo desafios logísticos e financeiros enfrentados durante a pandemia, que podem ter impactado a continuidade dos programas de formação. O gráfico destaca um progresso significativo no percentual de docentes com formação continuada no Tocantins ao longo dos anos, com oscilações que refletem tanto avanços quanto desafios. Esses dados sublinham a importância de continuar investindo na qualificação dos educadores como um meio de aprimorar a qualidade da educação.

Gráfico 2 – Evolução do Número de Docentes por Etapa de Ensino – Tocantins – 2016-2021



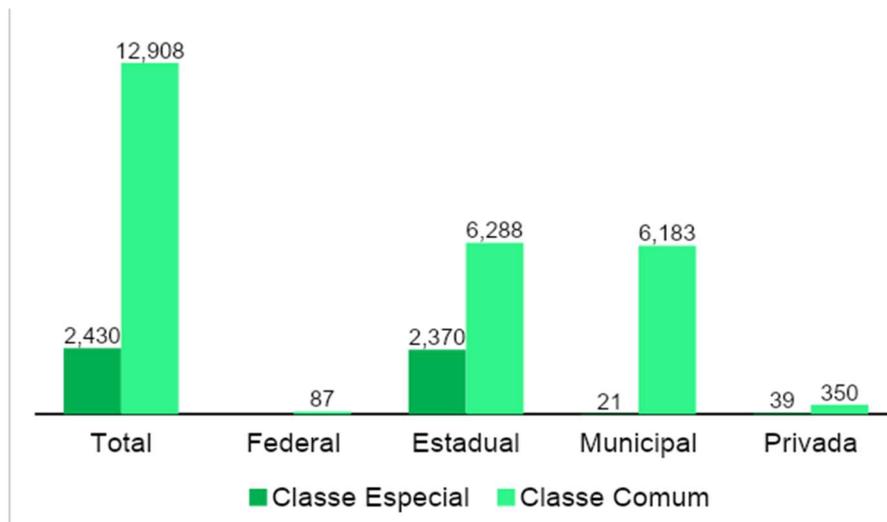
Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, ano 2021.

Em 2021, o estado de Tocantins apresentou dados relevantes sobre a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades nas instituições de ensino. Estes dados foram categorizados por dependência administrativa e pela modalidade de ensino, seja em classes comuns ou em classes especiais exclusivas. Rede Estadual: As escolas estaduais tiveram uma quantidade significativa de matrículas desses alunos. A maioria foi integrada em classes comuns, refletindo um esforço para promover a inclusão e a convivência desses alunos com os demais estudantes. Rede Municipal: As escolas municipais também registraram um número expressivo de matrículas, com um padrão semelhante ao das escolas estaduais, enfatizando a inclusão em classes comuns. Rede Privada: As instituições privadas mostraram um número menor de matrículas comparado às redes públicas, mas ainda assim uma proporção considerável de alunos foi incluída em classes comuns. **Gráfico 3.**

No **Gráfico 3**, que ilustra o número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, distribuídos por dependência administrativa em classes comuns e classes especiais exclusivas no Estado do Tocantins em 2021. Os dados foram obtidos através do Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e compilados pelo Deed (Departamento de Estatísticas e Avaliação Educacional).

Destaques do Gráfico: Total de 12.908 alunos matriculados em classes comuns e 2.430 em classes especiais. Rede Federal: 87 alunos em classes comuns. Rede Estadual: 6.288 alunos em classes comuns e 2.370 em classes especiais. Rede Municipal: 6.183 alunos em classes comuns e 21 em classes especiais. Rede Privada: 350 alunos em classes comuns e 39 em classes especiais. Este gráfico oferece uma visão detalhada da inclusão educacional desses alunos, destacando as diferenças nas matrículas em classes comuns e especiais. A análise desses dados é fundamental para compreender o cenário educacional atual e planejar políticas públicas mais eficazes e inclusivas no estado do Tocantins.

Gráfico 3 – Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades por dependência administrativa em classes comuns e em classes especiais exclusivas – Tocantins – 2021



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, ano 2021

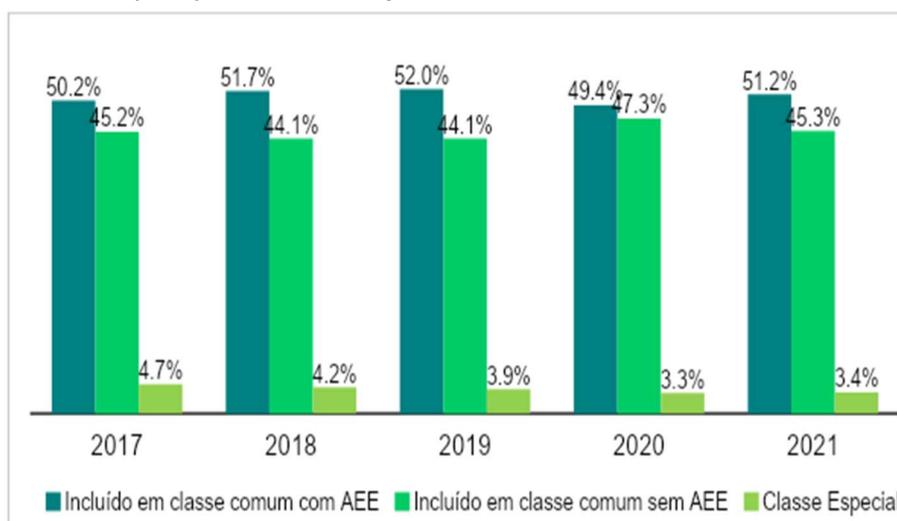
No **Gráfico 4**, que apresenta o percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado (AEE)) ou classes especiais exclusivas no Tocantins, entre os anos de 2017 e 2021.

Inclusão Educacional: Observamos as tendências e avanços na inclusão desses alunos em classes comuns. Dados Detalhados: O gráfico distingue entre aqueles que recebem ou não atendimento educacional especializado (AEE) e aqueles em classes especiais exclusivas. Este gráfico é essencial para entender como as políticas e práticas educacionais estão sendo implementadas e como podemos

continuar a melhorar a inclusão e a qualidade da educação para todos os alunos. Observamos as tendências e avanços na inclusão desses alunos em classes comuns. O percentual de alunos incluídos em classes comuns com AEE manteve-se estável, com uma leve variação ao longo dos anos, atingindo 51.2% em 2021.

Sem AEE: Houve uma leve diminuição de alunos em classes comuns sem AEE, de 45.2% em 2017 para 45.3% em 2021. Classes Especiais: A porcentagem de alunos em classes especiais exclusivas teve uma leve variação, mantendo-se abaixo de 5% ao longo dos anos. O **Gráfico 4**, que apresenta o percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado (AEE)) ou classes especiais exclusivas no Tocantins, entre os anos de 2017 e 2021. Classes Especiais: A porcentagem de alunos em classes especiais exclusivas teve uma leve variação, mantendo-se abaixo de 5% ao longo dos anos.

Gráfico 4 – Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado (AEE)) ou classes especiais exclusivas – Tocantins – 2017-2021



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, ano 2021.

No **gráfico 05**, a seguir ilustra o aumento expressivo das matrículas desses alunos em classes comuns ou especiais exclusivas, de 2016 a 2021, destacando as diferentes etapas de ensino. A Educação Infantil registrou um aumento significativo no número de matrículas, passando de 3.728 em 2016 para 5.224 em 2021. Isso representa um aumento de 1.496 matrículas, ou 40,1%. Este crescimento reflete os

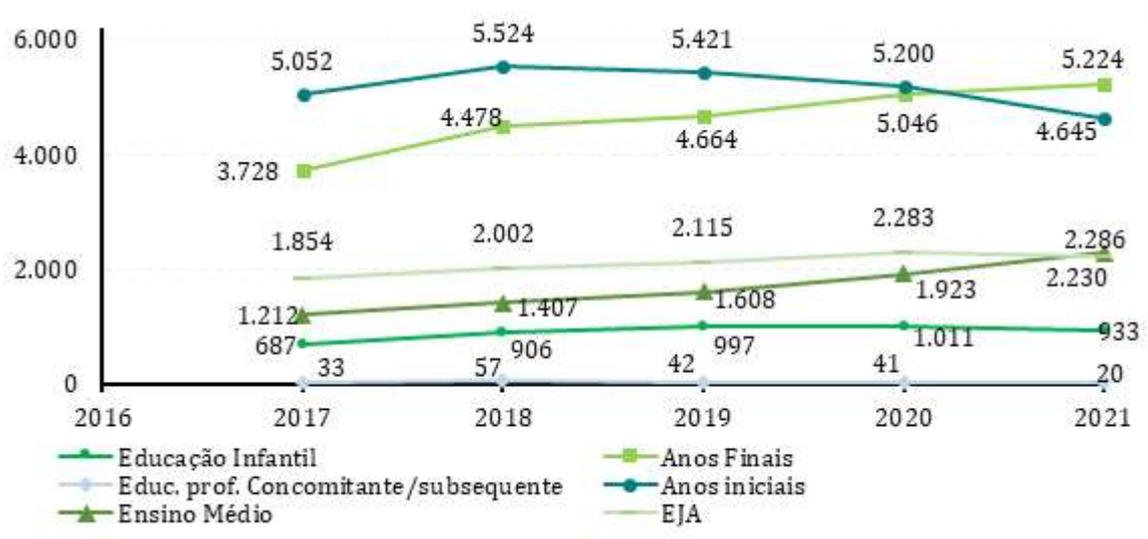
esforços contínuos para garantir que as crianças mais jovens tenham acesso a um ambiente educacional inclusivo desde cedo.

Educação Profissional Concomitante/Subsequente, as matrículas nesta modalidade apresentaram flutuações ao longo dos anos, começando com 687 em 2016 e diminuindo para 20 em 2021. Embora o número absoluto tenha diminuído, é importante considerar os contextos específicos e os desafios enfrentados neste segmento, apontando para a necessidade de estratégias específicas para melhorar a inclusão nesta área.

O Ensino Médio teve um aumento impressionante, passando de 1.212 matrículas em 2016 para 2.286 em 2021, um crescimento de 1.074 matrículas, ou 88,6%. Esse crescimento substancial indica um avanço significativo na inclusão dos alunos com necessidades especiais nesta etapa crucial da educação. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, as matrículas aumentaram de 906 em 2016 para 2.230 em 2021, representando um incremento de 1.324 matrículas, ou 146,1%. Este aumento reflete os esforços dedicados à inclusão durante os anos finais da educação básica, preparando os alunos para a transição para o ensino médio. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, houve um aumento de 997 matrículas em 2016 para 1.011 em 2020, antes de diminuir para 933 em 2021. Embora os números mostrem flutuações, o esforço contínuo para manter e melhorar a inclusão nesta fase é evidente. Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou uma diminuição nas matrículas, começando com 42 em 2016 e chegando a 20 em 2021. Esta tendência ressalta a necessidade de uma abordagem mais robusta para incluir jovens e adultos com necessidades especiais no sistema educacional.

O aumento significativo das matrículas em várias etapas do ensino é um testemunho dos esforços contínuos para criar um ambiente educacional mais inclusivo em Tocantins. Os números mostram uma trajetória ascendente em quase todas as áreas, com destaques notáveis para a Educação Infantil e o Ensino Médio, que apresentaram os maiores aumentos percentuais. Esses números representam mais do que estatísticas; eles simbolizam o progresso real e a dedicação para garantir que cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Gráfico 5 – Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo a etapa de ensino – Tocantins – 2016-2021



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, ano 2021.

O **Gráfico 6** que analisamos apresenta o percentual de matrículas na educação profissional no Tocantins, segmentado por cor/raça para o ano de 2021. A análise desses dados é crucial para entender a diversidade e a inclusão dentro do sistema educacional profissional do estado.

No **Gráfico 6** apresenta uma análise detalhada do percentual de matrículas na educação profissional em Tocantins em 2021, segmentada de acordo com a cor/raça dos alunos. Esse gráfico é fundamental para entender a distribuição racial nas diversas modalidades de educação profissional oferecidas no estado.

Descrição das Modalidades e Percentuais:

Branca	Preta/Parda	Amarela/Indígena	Não declarada
76,0%	22,8%	0,2%	1,0%

Na modalidade integrada, que combina ensino médio e educação profissional, há uma predominância significativa de alunos brancos, representando 76% das matrículas. Alunos pretos/pardos correspondem a 22,8%, enquanto a participação de alunos amarelos/indígenas e não declarados é mínima.

Concomitante:

Branca	Preta/Parda	Amarela/Indígena	Não declarada
77,7%	20,3%	1,6%	0,4%

Na modalidade concomitante, onde os alunos cursam o ensino médio e a educação profissional simultaneamente, 77,7% dos alunos são brancos. Alunos pretos/pardos representam 20,3%, com uma leve maior participação de alunos amarelos/indígenas (1,6%) comparado à modalidade integrada.

Subsequente:

Branca	Preta/Parda	Amarela/Indígena	Não declarada
81,7%	16,7%	0,6%	1,0%

Na modalidade subsequente, destinada aos que já concluíram o ensino médio, observa-se a maior proporção de alunos brancos, com 81,7%. A participação de alunos pretos/pardos cai para 16,7%, enquanto amarelos/indígenas e não declarados permanecem baixos.

EJA (Educação de Jovens e Adultos):

Branca	Preta/Parda	Amarela/Indígena	Não declarada
85,5%	12,7%	0,8%	1,0%

Na EJA, que visa à educação profissional de jovens e adultos que não concluíram a educação básica na idade apropriada, 85,5% das matrículas são de alunos brancos. Alunos pretos/pardos representam 12,7%, e a participação de amarelos/indígenas e não declarados é muito baixa.

FIC (Formação Inicial e Continuada):

Branca	Preta/Parda	Amarela/Indígena	Não declarada
83,3%	15,3%	1,4%	0,0%

Na FIC, voltada para a capacitação e atualização de trabalhadores, 83,3% dos alunos são brancos. Alunos pretos/pardos têm uma participação de 15,3%, enquanto amarelos/indígenas representam 1,4% e não há registros de alunos não declarados.

Total:

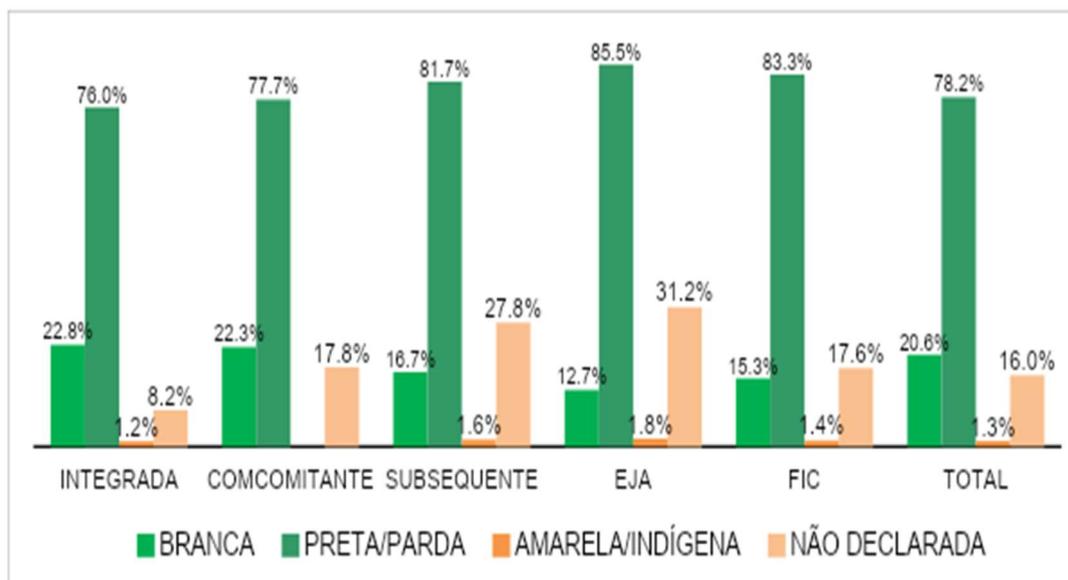
Branca	Preta/Parda	Amarela/Indígena	Não declarada
78,2%	20,8%	0,7%	0,3%

No total das matrículas na educação profissional em Tocantins, observa-se que 78,2% são de alunos brancos. Alunos pretos/pardos constituem 20,8% do total,

enquanto a participação de alunos amarelos/indígenas é de 0,7% e os não declarados somam 0,3%.

O gráfico demonstra claramente que, em todas as modalidades de educação profissional no Tocantins, os alunos brancos são maioria. A participação de alunos pretos/pardos é significativa, mas ainda bem menor comparada aos brancos. Alunos amarelos/indígenas e não declarados têm uma representação bastante reduzida. Esses dados são relevantes para a formulação de políticas educacionais e para a promoção da inclusão e diversidade racial nas instituições de ensino profissional. Eles indicam a necessidade de iniciativas voltadas para aumentar a representatividade de grupos sub-representados, garantindo que todos os segmentos da população tenham acesso equitativo à educação profissional de qualidade.

Gráfico 6 - Percentual de matrículas na educação profissional, segundo a cor/raça – Tocantins – 2021



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, ano 2021.

De acordo com os dados elaborados pelo Deed/Inep a partir do Censo Escolar de 2023, a repetência escolar continua sendo um desafio significativo no Brasil, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. O **Gráfico 7** que estamos analisando fornece uma visão detalhada das taxas de repetência em diferentes etapas da educação básica, permitindo-nos identificar padrões e áreas que necessitam de intervenção.

No **gráfico 07**, descrito pelo Inep como gráficos 52 e 53, apresentam dados sobre a repetência nos níveis de ensino fundamental e médio no Brasil, de acordo

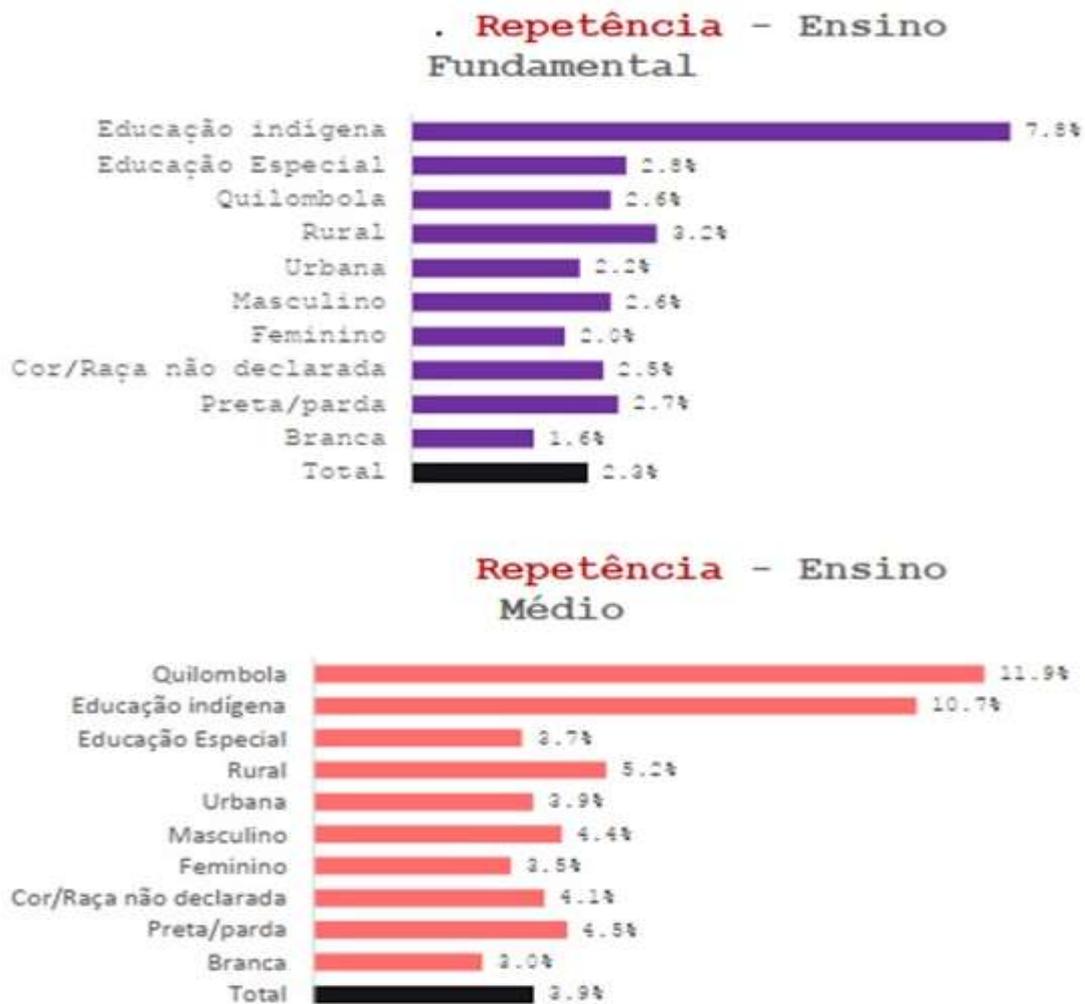
com o Censo Escolar do Inep.

No ensino fundamental (Gráfico 52), a taxa de repetência varia significativamente entre diferentes grupos. A maior taxa é observada entre alunos da educação indígena, com 7,8%, seguida por alunos da educação especial (2,8%) e quilombolas (2,6%). A taxa de repetência nas áreas rurais é de 3,2%, enquanto nas áreas urbanas é de 2,3%. A análise por gênero mostra uma taxa ligeiramente maior entre os alunos masculinos (2,6%) em comparação com as alunas femininas (2,0%). Quando analisamos por cor/raça, a taxa de repetência é mais alta entre alunos pretos/pardos (2,7%) em comparação com alunos brancos (1,6%). A taxa média de repetência no ensino fundamental é de 2,3%.

No ensino médio as taxas de repetência são ainda mais altas em alguns grupos. Alunos quilombolas apresentam a maior taxa de repetência, com 11,9%, seguidos por alunos da educação indígena (10,7%) e educação especial (3,7%). Nas áreas rurais, a taxa de repetência é de 5,2%, enquanto nas áreas urbanas é de 3,9%. Novamente, a repetência é maior entre alunos masculinos (4,4%) em comparação com as alunas femininas (3,5%). Entre os diferentes grupos de cor/raça, alunos pretos/pardos têm uma taxa de repetência de 4,5%, enquanto alunos brancos têm uma taxa de 3,0%. A taxa média de repetência no ensino médio é de 3,9%. Esses dados destacam a necessidade de políticas educacionais focadas em grupos específicos para reduzir a repetência e melhorar a qualidade e equidade na educação brasileira.

Gráfico 7 – Repetência e Evasão

Repetência e Evasão



Fonte: Inep/Censo Escolar

Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Deed/Inep gráfico 52 e 53, com base nos dados do Censo Escolar Repetência do Ensino Fundamental e Ensino Médio no ano de 2023.

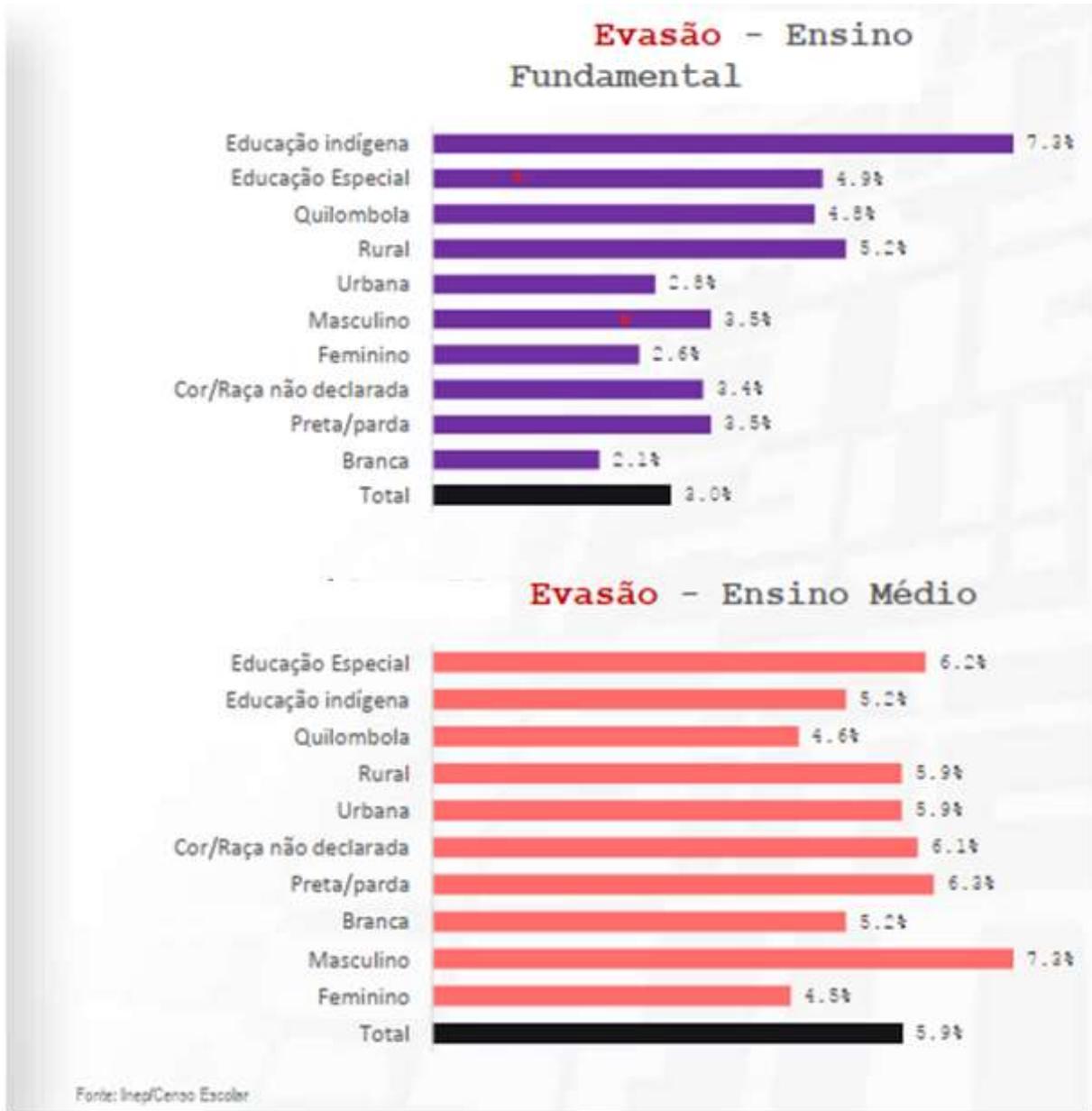
O **Gráfico 8** foi elaborado pelo Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar de 2023 e ilustra a taxa de evasão escolar nos níveis de Ensino Fundamental e Médio no Brasil. Este indicador é fundamental para entendermos os desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro e as áreas que necessitam de maior atenção e intervenção. Os gráficos a seguir apresentam a taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental e no Ensino Médio no ano de 2023, conforme os dados fornecidos pelo Censo Escolar.

No **gráfico 8**, fornece uma visão detalhada das taxas de evasão entre diferentes grupos, considerando fatores como educação indígena, educação especial, quilombola, áreas rurais e urbanas, além de diferenças de gênero e cor/raça.

Ensino Fundamental: As taxas de evasão variam entre os diferentes grupos, com destaque para a educação indígena, que apresenta a maior taxa de evasão de 7,3%. A evasão entre os estudantes da educação especial e quilombola também é significativa, com taxas de 4,9% e 4,8%, respectivamente. Notamos uma diferença na evasão entre estudantes de áreas rurais (5,2%) e urbanas (2,8%). Entre os gêneros, a evasão é maior entre os meninos (3,5%) comparado às meninas (2,6%). Quando analisamos a cor/raça, os estudantes pretos/pardos apresentam uma taxa de evasão de 3,5%, enquanto os brancos têm uma taxa de 2,1%.

Evasão - Ensino Médio: A taxa de evasão no Ensino Médio também revela diferenças notáveis entre os grupos, com a educação especial mostrando a maior taxa de 6,2%. A educação indígena e quilombola seguem com taxas de 5,2% e 4,6%, respectivamente. Novamente, estudantes em áreas rurais (5,9%) apresentam uma taxa de evasão ligeiramente superior àqueles em áreas urbanas (5,9%). A evasão é mais alta entre os meninos (7,3%) comparado às meninas (4,5%). Entre os diferentes grupos de cor/raça, os estudantes pretos/pardos têm uma taxa de evasão de 6,2%, enquanto os brancos têm uma taxa de 5,2%. Esses dados são fundamentais para entender as dinâmicas da evasão escolar e direcionar políticas públicas mais eficazes para reduzir essas taxas, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa para todos os estudantes.

Gráfico 8 – Evasão



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar Evasão do Ensino Fundamental e Ensino Médio no ano de 2023.

No **gráfico 9**, mostra uma variação significativa entre matrículas em classes comuns do ensino regular e classes exclusivas para Educação Especial. Essa variação indica que, apesar do avanço na inclusão, ainda há um caminho a ser percorrido para garantir que todos os alunos com necessidades especiais tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes inclusivos.

Nos gráficos apresentados fornecem uma análise detalhada sobre a Evolução das Matrículas de Educação Especial na Educação Infantil e no Ensino

Fundamental no Brasil, abrangendo o período de 2011 a 2023. Esta evolução reflete mudanças significativas nas políticas de inclusão e na estrutura do sistema educacional brasileiro para atender às necessidades dos alunos com deficiências. A seguir, uma análise mais aprofundada dos dados:

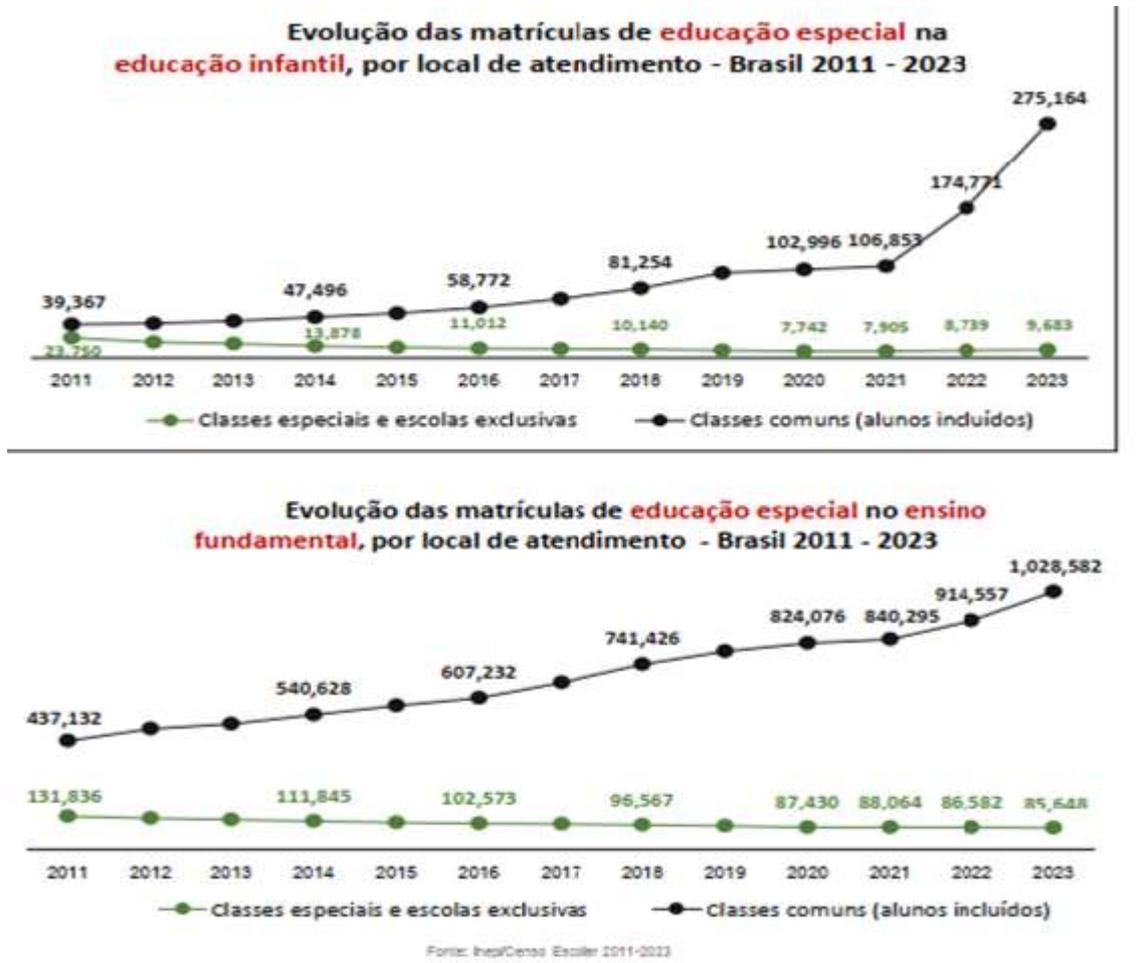
Educação Infantil, apresenta a evolução das matrículas de educação especial na educação infantil, dividindo-as entre dois tipos de atendimento: classes especiais e escolas exclusivas, e classes comuns (alunos incluídos). Classes especiais e escolas exclusivas: As matrículas nesta categoria começaram com 23.750 em 2011 e, após um ligeiro aumento até 2015, estabilizaram-se e mostraram uma leve redução, atingindo 9.683 em 2023. Isso pode indicar uma diminuição da segregação e uma mudança para modelos mais inclusivos. Classes comuns (alunos incluídos): Observe um crescimento impressionante, de 39.367 matrículas em 2011 para 275.164 em 2023. Este aumento de mais de sete vezes reflete uma clara política de inclusão, integrando alunos com necessidades especiais em ambientes educacionais regulares. A inclusão em classes comuns promove a interação social e o desenvolvimento acadêmico em um ambiente menos segregado.

Ensino Fundamental, ilustra a evolução das matrículas de educação especial no ensino fundamental, também diferenciando entre classes especiais e escolas exclusivas, e classes comuns (alunos incluídos). Classes especiais e escolas exclusivas: As matrículas nesta categoria mostraram uma redução ao longo dos anos, de 131.836 em 2011 para 85.648 em 2023. Essa tendência pode indicar uma reestruturação do atendimento especializado, com uma maior integração desses alunos em classes comuns. Classes comuns (alunos incluídos): O número de matrículas aumentou substancialmente, de 437.132 em 2011 para 1.028.582 em 2023. Esse crescimento significativo reflete um compromisso contínuo com a educação inclusiva, garantindo que os alunos com necessidades especiais tenham acesso a um ambiente de aprendizagem regular, promovendo igualdade de oportunidades e inclusão social.

Os dados apresentados no gráfico mostram um progresso substancial na inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional brasileiro. A diminuição das matrículas em classes especiais e escolas exclusivas, juntamente com o aumento expressivo nas matrículas em classes comuns, sugere uma mudança significativa em direção a práticas educacionais mais inclusivas. Essa mudança é primordial para a promoção da igualdade e do desenvolvimento integral de todos os

alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

Gráfico 9 – Evolução da Matrículas de educação especial na Educação Infantil



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Elaborado pelo Deed/Inep gráficos 56 e 57, com base nos dados do Censo Escolar, Evolução das matrículas de Educação Especial na Educação Infantil e Evolução das matrículas de educação especial no ensino fundamental, por local de atendimento, no Brasil 2011 - 2023.

Um panorama detalhado da educação especial no ensino médio brasileiro entre 2011 e 2023, no **gráfico 10**, nos mostra a trajetória das matrículas em educação especial no ensino médio do Brasil, abrangendo um período de 13 anos, de 2011 a 2023. Nele, é possível observar a distribuição dos alunos em dois tipos de atendimento: classes especiais e escolas exclusivas, de um lado, e classes comuns (alunos incluídos), do outro.

Um dos aspectos mais marcantes do gráfico é o crescimento constante das matrículas em classes comuns, onde os alunos com necessidades especiais estudam junto aos demais. Em 2011, esse número era de 33.138, enquanto em 2023, alcançou 222.142, um aumento de quase 670%! Essa tendência reforça o compromisso do

Brasil com a educação inclusiva, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a um ensino de qualidade.

Classes especiais e escolas exclusivas em declínio, gradual em contrapartida, as matrículas em classes especiais e escolas exclusivas apresentaram um decréscimo gradual ao longo dos anos. Em 2011, esse total era de 115.051, enquanto em 2023, chegou a 1.116, uma redução de 90%. Essa queda demonstra a efetividade da política de inclusão, que propõe a integração dos alunos com necessidades especiais no ambiente escolar regular, sempre que possível.

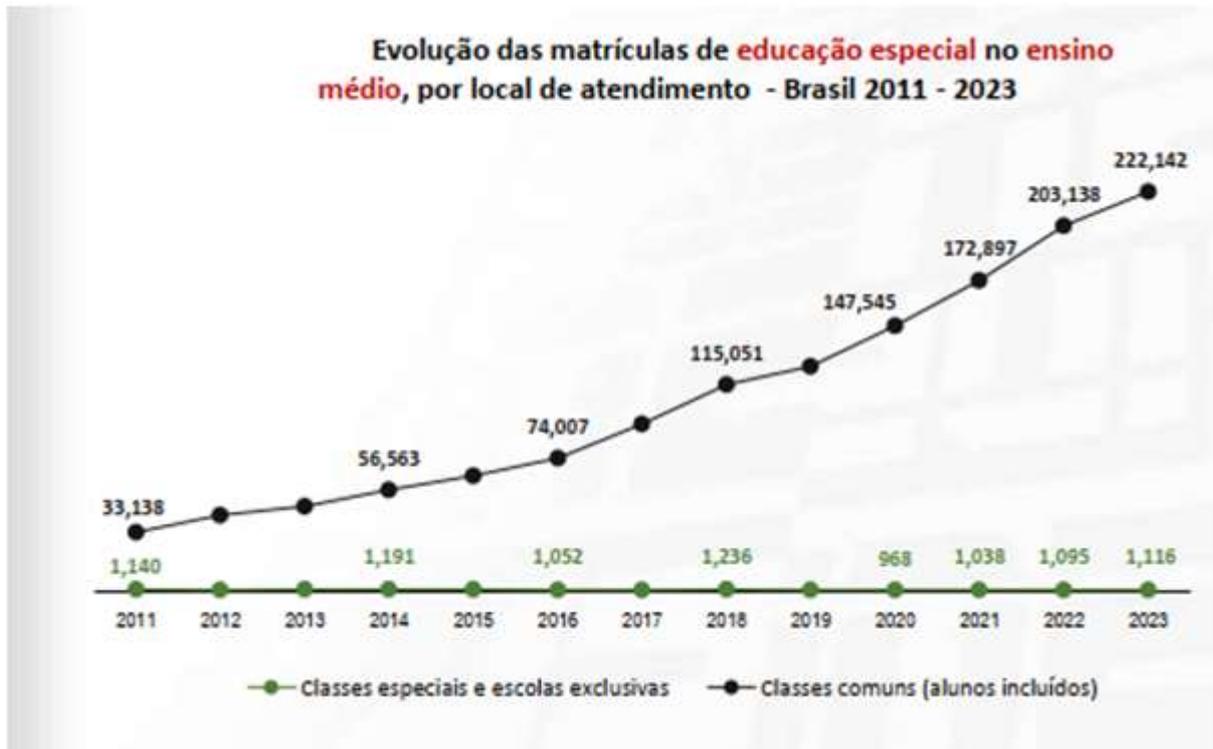
O gráfico também permite analisar a evolução das matrículas em cada tipo de atendimento ao longo dos anos. É interessante observar que o crescimento das matrículas em classes comuns se intensificou a partir de 2015, enquanto a redução das matrículas em classes especiais e escolas exclusivas se tornou mais acentuada a partir de 2019. Os dados apresentados no gráfico evidenciam o progresso significativo da educação especial no ensino médio brasileiro nos últimos 13 anos. A crescente inclusão dos alunos com necessidades especiais em classes comuns demonstra o compromisso do país com a construção de uma educação para todos.

Análise da evolução das matrículas de educação especial no ensino médio no Brasil, considerando os dados de 2011 a 2023, conforme apresentado no gráfico elaborado pelo Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar.

A evolução das matrículas de educação especial no ensino médio no Brasil entre 2011 e 2023 revela tendências significativas que merecem uma análise detalhada. Observando o **Gráfico 10**, podemos identificar diferentes fases de crescimento e possíveis fatores que influenciaram essas variações ao longo dos anos.

Houve um aumento constante no número de matrículas, refletindo um período de expansão das políticas de inclusão educacional. Durante esses anos, diversas políticas públicas e programas específicos foram implementados para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Gráfico 10 – Evolução das matrículas de educação especial no ensino médio, por local de atendimento Brasil 2011 – 2023.



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Elaborado pelo Deed/Inep gráfico 58, com base nos dados do Censo Escolar, evolução das matrículas de educação especial no ensino médio, por local de atendimento - Brasil 2011-2023.

No **gráfico 11** com base nos dados do Censo Escolar 2023, demonstra o percentual de alunos de Educação Especial incluídos em classes comuns por etapa de ensino no Brasil e no Tocantins. É possível observar uma evolução positiva em todos os níveis de ensino, com destaque para: Educação Infantil: Em 2023, 44,2% dos alunos com necessidades educacionais especiais no Tocantins estavam matriculados em classes comuns da Educação Infantil, um aumento de 4,1 pontos percentuais em relação a 2022. Esse crescimento demonstra o compromisso do estado com a inclusão desde a tenra idade, proporcionando um ambiente de aprendizado acolhedor e estimulante para todas as crianças.

Ensino Fundamental: No Ensino Fundamental, o percentual de alunos com necessidades educacionais especiais incluídos em classes comuns chegou a 39,7% em 2023, um aumento de 3,2 pontos percentuais em comparação com o ano anterior. Esse avanço significa que mais crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação estão tendo acesso a um ensino de qualidade na rede regular, com o suporte necessário para alcançar seu pleno potencial. **Ensino Médio:** O Ensino Médio também apresentou um crescimento

significativo na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, com 33,1% dos estudantes matriculados em classes comuns em 2023. Esse aumento de 2,9 pontos percentuais em relação a 2022 demonstra o compromisso do estado em garantir a continuidade da educação de qualidade para todos os jovens, independentemente de suas diferenças.

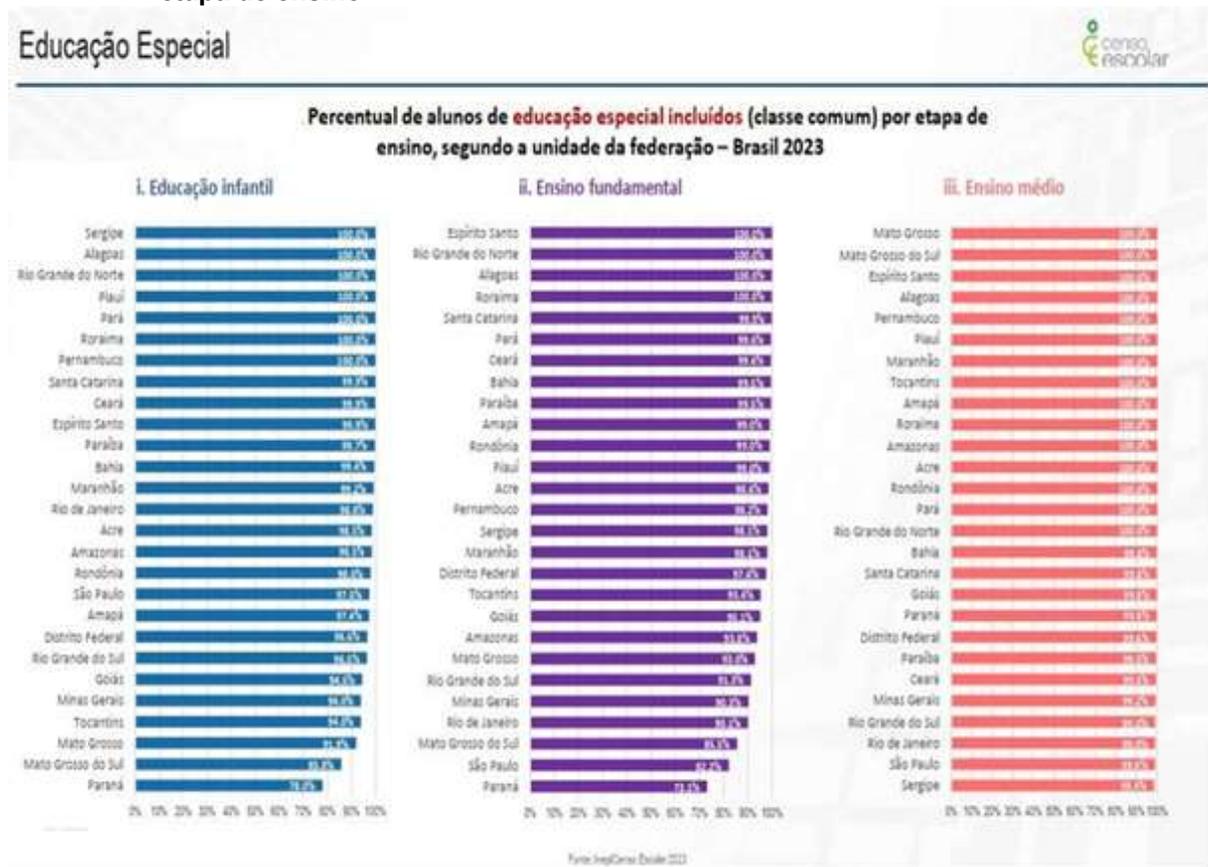
Educação Infantil: 44,2% dos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos em classes comuns. Aumento de 4,1 pontos percentuais em relação a 2022.

Ensino Fundamental: 39,7% dos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos em classes comuns. Aumento de 3,2 pontos percentuais em relação a 2022. Ensino Médio: 33,1% dos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos em classes comuns. Aumento de 2,9 pontos percentuais em relação a 2022.

O **Gráfico 11**, com base nos dados do Censo Escolar de 2023, apresenta uma visão abrangente do percentual de alunos de educação especial incluídos em classes comuns por etapa de ensino, segundo a unidade da federação no Brasil. Este levantamento é crucial para entendermos como está sendo conduzida a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais em diferentes regiões do país.

Ao analisarmos os dados específicos do Estado do Tocantins, observamos que a região se destaca positivamente em relação a outras unidades federativas. Tocantins apresenta um percentual significativo de alunos de educação especial incluídos em classes comuns, o que sugere um compromisso robusto com a política de inclusão educacional.

Gráfico 11 - Percentual de alunos de educação especial incluídos em classes comuns por etapa de ensino



i. Educação infantil, ii. Ensino fundamental e iii. Ensino médio

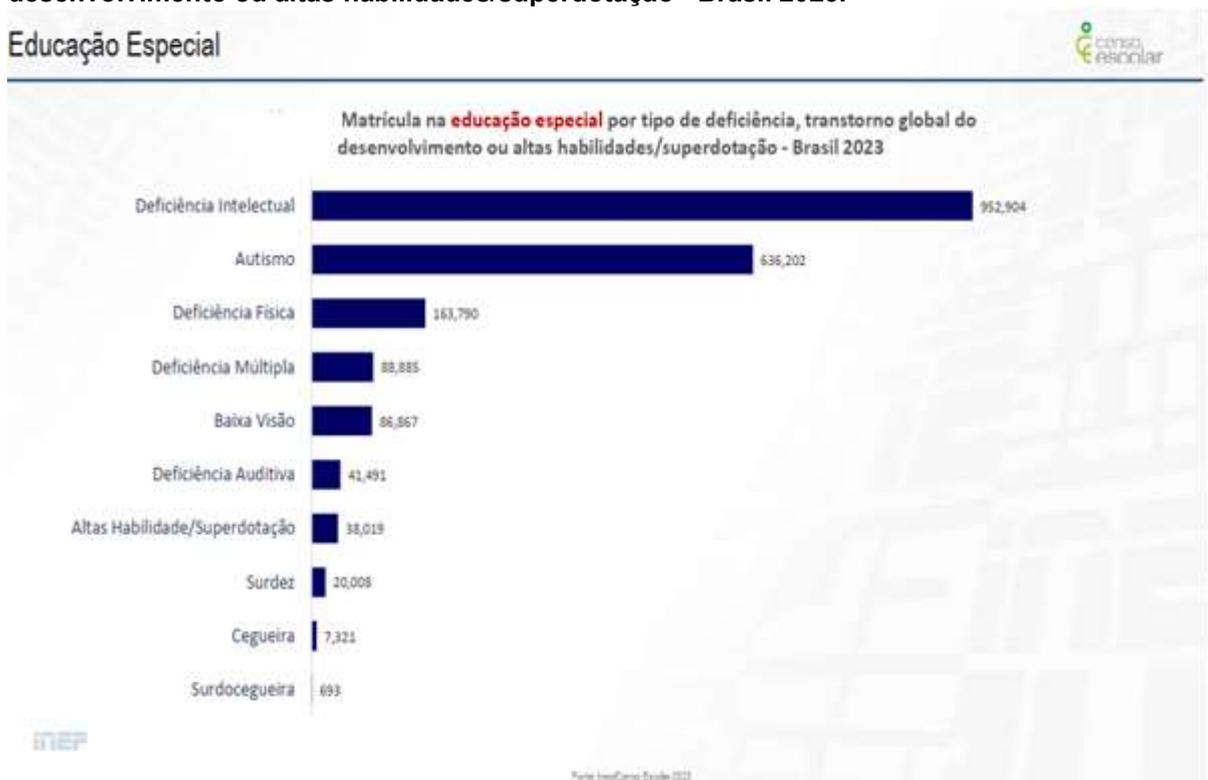
O **Gráfico 12**, com base nos dados do Censo Escolar de 2023, fornece uma visão detalhada das matrículas na educação especial no Brasil, categorizadas por tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Os transtornos globais do desenvolvimento, incluindo autismo, apresentam um crescimento nas matrículas. Este aumento reflete uma maior conscientização e diagnóstico precoce, além de políticas públicas voltadas para a inclusão desses estudantes no ambiente escolar regular.

O Censo Escolar 2023 nos apresenta com um retrato promissor da educação especial no Brasil, revelando um cenário onde a inclusão se fortalece como pilar fundamental e a matrícula de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. A Deficiência Intelectual assume o protagonismo, com 53,7% das matrículas, o que representa 952.904 alunos. Em

seguida, o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) surge com força, somando 36,2% ou 636.202 matrículas.

Esses dados refletem a crescente consciência sobre esses transtornos e a importância de um suporte especializado no ambiente educacional. A Deficiência Física conquista 9,3%, enquanto a Deficiência Múltipla marca presença com 5%. Já a Baixa Visão e a Deficiência Auditiva garantem 4,9% e 2,3% das matrículas, respectivamente. Altas Habilidades/Superdotação despontam com 2,1%, demonstrando o compromisso em identificar e atender às necessidades educacionais singulares desses alunos. Um dos pontos altos do Censo Escolar 2023 é a inclusão em classes comuns, que cresce gradativamente, alcançando 95% em 2023. Essa conquista reforça a valorização da diversidade e da equidade no ambiente escolar.

Gráfico 12 - Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2023.



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Elaborado pelo Deed/Inep, gráfico 60, com base nos dados do Censo Escolar, matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2023.

Destaca-se aqui o Plano Nacional de Educação (PNE),

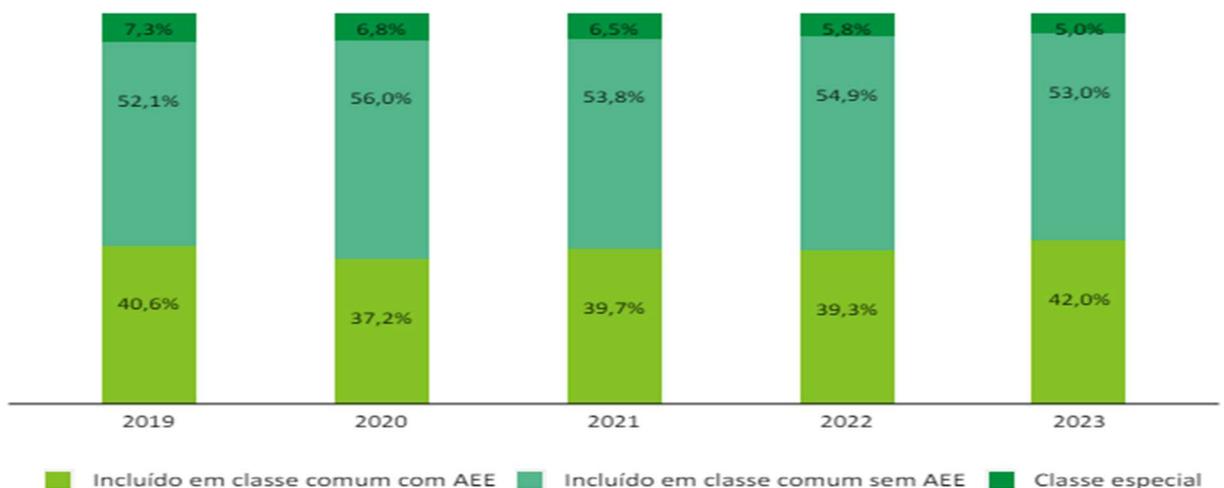
Cuja Meta 4 se refere à educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas

habilidades/superdotação. Observando o gráfico 13, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns aumentou gradativamente ao longo dos anos. Em 2019, o percentual de alunos incluídos era de 92,7% e passou para 95% em 2023. O percentual de alunos incluídos em classes comuns com acesso às turmas de atendimento educacional especializado (AEE) passou de 40,6% em 2019 para 42% em 2023 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023, p. 52).

No **Gráfico 13**, o Censo Escolar 2023 mostra que a educação inclusiva no Brasil: 95% dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, entre 4 e 17 anos, frequentam classes comuns do ensino regular. Esse dado representa um avanço significativo em relação a 2019, quando essa porcentagem era de 82,7%. O gráfico apresentado demonstra o crescimento das matrículas em classes comuns, tanto com quanto sem Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em 2019, apenas 52,1% dos alunos estavam incluídos em classes comuns com AEE.

Já em 2023, esse número subiu para 53,0%, um aumento de 0,9%. As matrículas em classes comuns sem AEE também registraram crescimento. Em 2019, 30,6% dos alunos estavam nessa categoria. Em 2023, a porcentagem subiu para 42,0%, um aumento de 11,4%. O gráfico também mostra uma diminuição da presença de alunos em classes especiais exclusivas. Em 2019, 7,3% dos alunos frequentavam esse tipo de classe. Em 2023, essa porcentagem caiu para 5,0%, uma redução de 31,5%.

Gráfico 13 - Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado) ou classes especiais exclusivas – Brasil – 2019-2023



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Elaborado

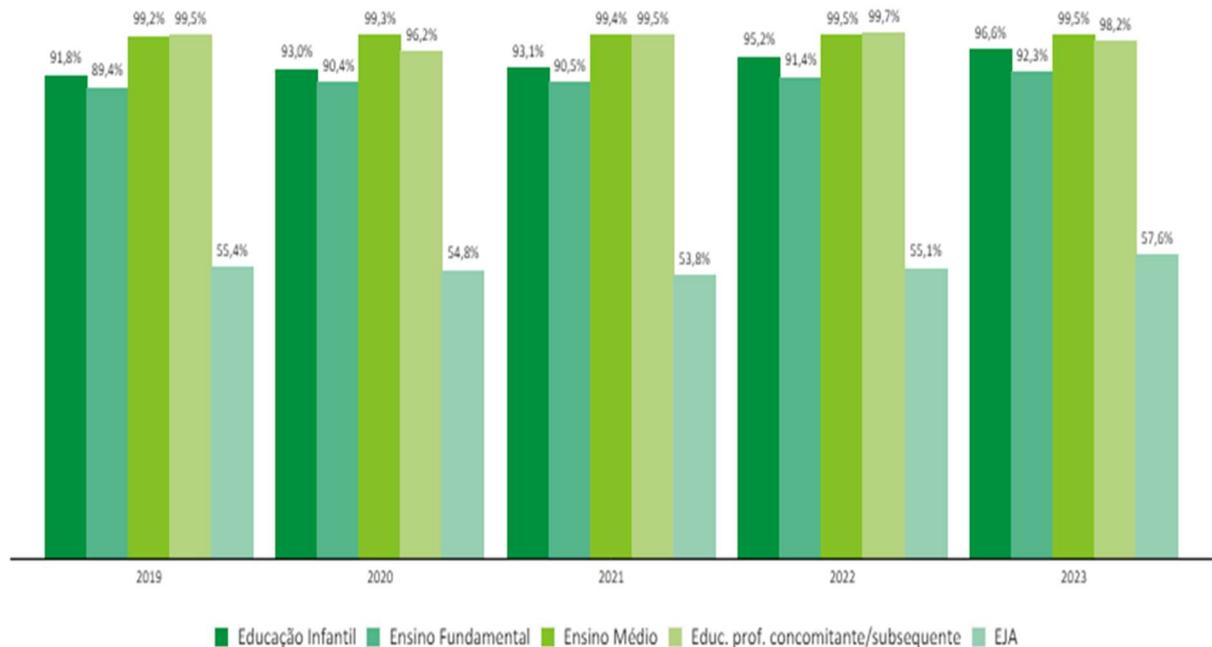
pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica *apud* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023, p. 53).

O percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Com exceção da EJA, as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2023. A maior proporção de alunos incluídos é observada no ensino médio, com inclusão de 99,5%. O maior aumento na proporção de alunos incluídos, entre 2019 e 2023, ocorreu na educação infantil, um acréscimo de 4,8 p.p. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023, p. 51).

No **Gráfico 14**, Os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2023 revelam um panorama animador em relação à inclusão escolar no Brasil. Mais de 95% dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades estão matriculados em classes comuns, desfrutando de um ambiente de aprendizagem enriquecedor ao lado de seus pares. A tendência de inclusão é sólida e crescente. Desde 2019, observa-se um aumento gradual no percentual de alunos com necessidades especiais em classes comuns, demonstrando o compromisso do país com a construção de uma educação mais justa e equitativa. Educação Infantil: A inclusão inicia desde cedo, com 95,2% dos alunos frequentando classes comuns em 2023. Ensino Fundamental: A porcentagem se mantém alta, com 92,5% dos alunos incluídos em 2023. Ensino Médio: O índice de inclusão no Ensino Médio também é expressivo, chegando a 91,4% em 2023. Educação Profissional Concomitante/Subsequente: Nessa etapa, a inclusão atinge 92,3% em 2023. EJA: A Educação de Jovens e Adultos apresenta o menor índice de inclusão, com 61,1% em 2023, mas ainda assim demonstra um crescimento significativo em relação aos anos anteriores.

Os resultados do Censo Escolar evidenciam o compromisso do Brasil com a inclusão escolar. A cada ano, o país avança na construção de uma educação que acolhe e valoriza a diversidade, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas características, tenham acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade.

Gráfico 14 - Percentual de alunos matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades que estão incluídos em classes comuns, segundo a etapa de ensino – Brasil – 2019-2023.



Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica *apud* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023, p. 52)

É possível acompanhar anualmente indicadores cruciais na área da educação especial, como acesso à educação básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta de atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares, e a presença de alunos com necessidades educacionais especiais em municípios e escolas.

O Censo Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de educação básica, acompanha, na educação especial, indicadores de acesso à educação básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares e o número de municípios e de escolas com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais (Súmula, 2008, p. 270-271).

O Censo Escolar, realizado anualmente pelo MEC e INEP, monitora diversos indicadores na educação especial, incluindo o acesso à educação básica, a matrícula na rede pública, a inclusão em classes comuns, a oferta de atendimento educacional especializado, a acessibilidade nas escolas e o número de municípios e escolas com alunos com necessidades educacionais especiais.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica documental, cujo objetivo é investigar e analisar documentos e literaturas relevantes relacionadas a Efetividade das Políticas Públicas no Contexto da Educação Inclusiva no Estado do Tocantins. A pesquisa bibliográfica documental envolveu a coleta e análise de fontes secundárias, como livros, artigos científicos, teses, dissertações de mestrado, relatórios, portarias, decretos, legislações e outros documentos pertinentes, com a finalidade de compreender como as políticas de inclusão educacional têm sido implementadas e avaliadas na região.

O processo de coleta de dados incluiu a consulta a diversas fontes, como livros, artigos científicos, teses, dissertações de mestrado, relatórios oficiais, portarias, decretos, legislações e outros documentos relevantes. Esses materiais foram selecionados com base em sua relevância para o tema e seu potencial de contribuir para o entendimento das práticas e diretrizes que orientam a educação inclusiva no Tocantins.

A análise dos documentos foi feita de forma crítica, com foco em identificar aspectos que possam indicar a efetividade das políticas públicas adotadas, bem como possíveis desafios e lacunas. Foram considerados fatores como a execução das políticas, o impacto na inclusão de estudantes com necessidades especiais e os resultados apresentados nos relatórios oficiais do governo.

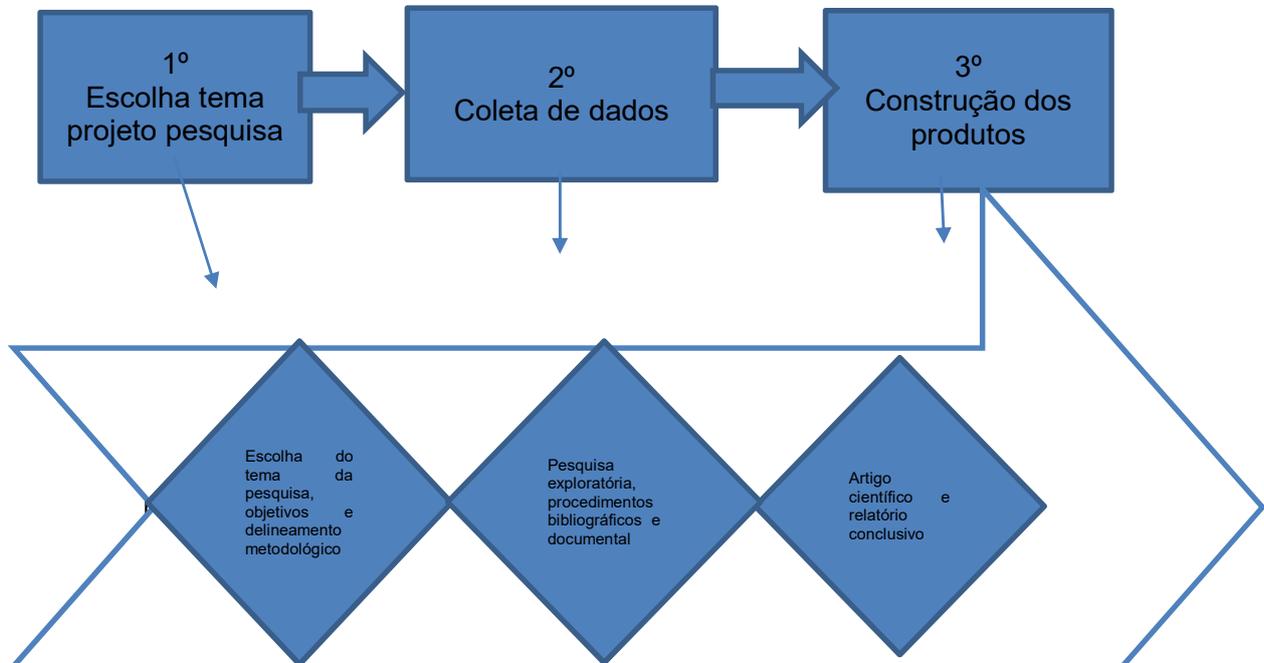
Essa metodologia permitiu um levantamento abrangente e uma análise contextual das políticas públicas, oferecendo subsídios para uma compreensão mais clara da situação atual e das áreas que ainda necessitam de avanços no Tocantins.

6.1 Procedimentos Metodológicos

O procedimento metodológico da pesquisa ocorreu em três etapas gerais e sequenciais. Inicialmente construiu-se o planejamento para a execução da pesquisa. Em seguida, foi realizada a coleta de dados em fontes primárias e

secundárias diversificadas. A seguir, cada etapa está apresentada em subtópico. A figura 2 apresenta a visão geral de todo o procedimento metodológico adotado.

Figura 3 - Visão geral da pesquisa

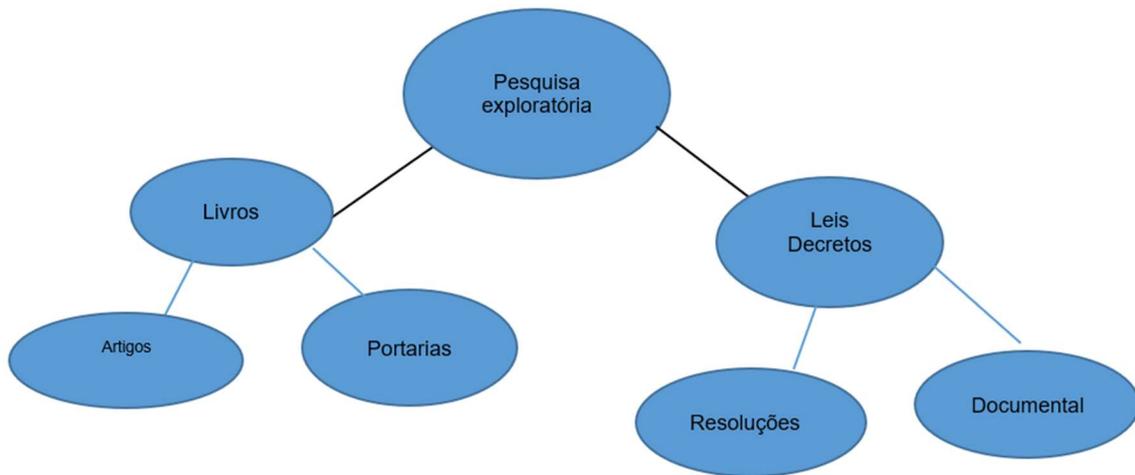


Fonte: A autora

Primeira etapa: construção plano de ação de pesquisa.

Esta etapa iniciou com a escolha do tema, formulação do problema de pesquisa e do pressuposto, dos objetivos e o delineamento do método, conforme se verifica na primeira etapa da Figura 2, como também o plano de ação, o qual está apresentada a estratégia da pesquisa exploratória, foi realizadas a coleta de dados, por meio da pesquisa exploratória, utilizados os métodos bibliográfico e documental, publicações sobre o tema, por meio dos artigos científicos e informações em textos científicos, e alguns livros. Na pesquisa documental as fontes utilizadas foram as normas (leis, decretos, regulamentos, regimentos, portarias, resoluções, todas essas fontes foram acessadas no formato digital em sites oficiais do governo federal e estadual municipal.

Figura 4 - Instrumentos da pesquisa exploratória



Fonte: A autora

Os critérios de seleção das fontes incluíram a relevância direta para o tema, a qualidade metodológica das pesquisas originais, a contribuição para a compreensão teórica e prática do assunto, e a diversidade de perspectivas apresentadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto pós-redemocratização do Brasil, a visão de uma educação acessível a todos é considerada uma aspiração fundamental para avançarmos em direção à igualdade social. Neste cenário, a educação é percebida como um campo de disputa constante, onde diferentes grupos lutam pelo controle. Apesar das divergências, é notável o comprometimento do Estado brasileiro, ao menos nas últimas três décadas, em seguir as diretrizes internacionais para a educação, como estabelecidas em reuniões da ONU. Esses esforços visam, até 2030, alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), situando o Brasil como um participante ativo na arena global. Nesse contexto, o Estado do Tocantins tem se destacado ao implementar e adaptar as políticas educacionais federais à sua realidade local, o que reflete um alinhamento efetivo com as orientações do governo federal.

Na esfera da Educação Especial, onde a inclusão é central, observamos que o Estado direciona suas iniciativas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) através das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF), resultando em um aumento proporcional de matrículas. No entanto, paradoxalmente, essa abordagem tem sido acompanhada por uma redução na frequência conjunta entre os sistemas de ensino regular e especial.

É imprescindível uma avaliação mais abrangente, pois os dados numéricos por si só não revelam a eficácia das práticas pedagógicas dos docentes nem o progresso na aprendizagem dos alunos. É crucial questionar se a inclusão desses alunos está verdadeiramente em curso.

Ao longo deste trabalho, buscou-se investigar a efetividade das políticas públicas no contexto da educação inclusiva no Estado do Tocantins. Inicialmente, os objetivos delineados foram claros: compreender o panorama atual da educação inclusiva no estado, analisar as políticas públicas em vigor e avaliar sua eficácia na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Quais são as políticas praticadas no Estado do Tocantins que de fato promovem a inclusão? Então é possível fazer uma reflexão sobre os resultados obtidos e suas implicações para o futuro da educação inclusiva no estado.

A análise dos dados e dos documentos revelou uma série de desafios enfrentados pelos sistemas de ensino do Tocantins na implementação de políticas

inclusivas. Entre esses desafios, destacam-se a falta de recursos adequados, a carência de formação continuada para os profissionais da educação, a infraestrutura inadequada das escolas e a resistência cultural em relação à inclusão. Esses obstáculos, embora não sejam exclusivos do Tocantins, demonstram a complexidade do processo de inclusão escolar e a necessidade de abordagens multifacetadas para superá-los.

Apesar das dificuldades, é importante reconhecer os avanços alcançados até o momento. As políticas públicas implementadas no Estado demonstram um compromisso com a inclusão e têm o potencial de promover mudanças significativas na forma como a educação é concebida e praticada. A criação de salas de recursos multifuncionais, a oferta de formação para os professores e a elaboração de currículos adaptados são exemplos concretos desses esforços.

Entretanto, a efetividade dessas políticas ainda é uma questão em aberto. Os resultados de nossa pesquisa sugerem que, embora existam iniciativas louváveis em curso, sua implementação e impacto prático nem sempre correspondem às expectativas. Muitas vezes, há uma lacuna entre a teoria e a prática, onde as políticas inclusivas são formalmente adotadas, mas não são plenamente realizadas no cotidiano das escolas.

Diante desse cenário, é imperativo que sejam tomadas medidas adicionais para fortalecer a eficácia das políticas públicas de educação inclusiva no Tocantins. Recomenda-se uma revisão cuidadosa dos programas existentes, com ênfase na identificação de pontos fracos e na implementação de estratégias de melhoria. Além disso, é essencial investir na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, garantindo que estejam devidamente preparados para atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Outro aspecto fundamental, é o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade em geral no processo de inclusão. É fundamental combater estigmas e preconceitos, promovendo uma cultura de respeito à diversidade e de valorização das diferenças. Somente assim será possível construir escolas verdadeiramente inclusivas, onde todos os alunos se sintam acolhidos e tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Em suma, este trabalho evidenciou a importância da reflexão contínua sobre as políticas públicas de educação inclusiva no contexto do Estado do Tocantins.

Embora haja desafios a serem superados, também há motivos para otimismo. Com dedicação, compromisso e colaboração dos envolvidos, é possível criar um sistema educacional mais justo, com equidade e inclusivo para as próximas gerações. Espera-se que este estudo possa contribuir de forma significativa para esse nobre objetivo.

REFERÊNCIAS

ALIAS, G. **Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: Princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. *E-book*. ISBN 9788522123544. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123544/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

ARRUDA, G. A. de; DIKSON, D. Educação inclusiva, legislação e implementação. **Reflexão e Ação**, v. 26, n. 2, p. 214-227, 2 maio 2018. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v26i2.8177>.

BAPTISTA, C. R.. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 45, p. 1-2, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201945217423>.

BARRETO, M. Â. de O. C.; BARRETO, F. de O. C. **Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. *E-book*. ISBN 9788536510231. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536510231/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. ISBN: 978-85-7018-698-0. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 1 maio 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 243, p. 10-15, 21 dez. 1999. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=66&data=21/12/1999>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023. Institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Novo Viver sem Limites. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CLXI, n. 222-B, p. 5-6, 23 nov. 2023. Edição extra. ISSN 1677-7042. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=601&pagina=5&data=23/11/2023>. Acesso em: 2 maio 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CXLVIII, n. 221, p. 12, 18 nov. 2011. ISSN 1677-7042. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=12&data=18/11/2011>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano CXLVI, n. 190, p. 17, 5 out. 2009. ISSN 1677-7042. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=17&data=05/10/2009>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BRITO, G. N. de. **Fundamentos da Educação**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522122448. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122448/>. Acesso em: 09 maio 2024.

BRITO, G. N. de. **Fundamentos da Educação**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522122448. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122448/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

CARDOSO, A. J. B.; ALMEIDA, J. U. de; MARCOS, R. A. O papel da administração pública no desenvolvimento social e econômico: uma revisão. **Revista Foco**, Curitiba, v. 16, n. 5, p. 01-12, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n5-002. ISSN 1981-223X.

CIRINO, G. **A Inclusão Social na área Educacional**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. Disponível em: em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123698/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

DECLARAÇÃO de Salamanca: sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. *In*: WORLD CONFERENCE ON SPECIAL NEEDS EDUCATION: ACCESS AND QUALITY, 1994, Salamanca. Brasília, DF: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

DIAS, G. M. *et al.* Aspectos comparativos do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação do Município de Queimados, evidenciando o atendimento educacional especializado presente na meta N° 4. *In*: PÔRTO JR, Gilson; SILVA, Sinomar Soares de Carvalho (org.). **Educação Inclusiva: investigações sobre avanços e desafios**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2023. 61-75. ISBN 978-65-999742-4-3. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6086>. Acesso em 29 de abr. 2024.

DIAS, R.; MATOS, F. C. de. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522484478. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484478/>. Acesso em: 4

abr. 2024.

FERREIRA, C. S.; SANTOS, E. N. dos. Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 1, n. 11, p. 143-155, 2014. DOI: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i11.6627>.

FERREIRA, N. S. D. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, p. 257-272, 2002.

FONSÊCA, F. R. F., MATOS, E. I. Panorama da inclusão na educação básica do Tocantins. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 549–561, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i4.9239>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9239>. Acesso em: 2 jun. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREITAS, M. G. F. Introdução ao estudo das políticas públicas em educação. In: LIMA, C. C. N. *et al.* (Org.). **Políticas públicas e educação**. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018. p. 13-27. ISBN 9788595027503.

GANDARA, Guilherme. Governo do Tocantins apresenta calendário e planejamento para ano letivo de 2021 no Estado. **Gazeta do Estado**, Palmas, TO, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://gazetadoestado.com.br/governo-do-tocantins-apresenta-calendario-e-planejamento-para-ano-letivo-de-2021-no-estado/>. Acesso em: 2 maio 2024.

GOMES, N. L. Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). **Resumo técnico Censo Escolar 2023**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 1 jun. 2024.

LAGARES, R. Arranjos para os Municípios no campo das políticas públicas e gestão educacional. **DESAFIOS**: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, v. 1, n. 1, p. 95-114, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2014v1n1p95>.

LIMA, C. C. *et al.* **Políticas públicas e educação**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. ISBN 9788595027497. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027503/>. Acesso em: 25 agosto de 2023.

LOPES, J. B. C.; LOPES, D. D.; LEITE, V. A. M.; *et al.* **Educação inclusiva**. [Grupo A, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028661/>. Acesso em: 05 dezembro de 2023.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. T. H. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2013. *E-book*. ISBN 9788582171172. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582171172/>. Acesso em: 13 de maio. 2024.

MACEDO, L. de. Reflexões sobre os princípios da educação inclusiva. *In*: MENDES, Hubner Mendes, **Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um**. São Paulo: Fundação Santillana, 2020. p. 15-20. ISBN 978-85-63489-48-7. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/EducacaoInclusivaPratica.pdf>. Acesso em: 1 maio 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MASCOTTO, R.. Igualdade e equidade. **Jornal Saúde Global**, 18 out. 2016. Disponível em: <https://jsaudeglobal.wordpress.com/2016/10/18/comentario-igualdade-e-equidade/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

MAZZOTTA, M. J. da S.; D'ANTINO, M. E. F.. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 377-389, jun. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902011000200010>.

MELLO, A. G.. Políticas públicas de educação inclusiva: oferta de tecnologia assistiva para estudantes com deficiência. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.68-92, jul. 2010. Semestral. Disponível em: <https://anis.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Políticas-publicas-de-educacao-inclusiva-oferta-de-tecnologia-assistiva-para-estudantes-com-deficiencia-2010.pdf>. Acesso em: 6 maio 2024.

MENDES, G. F.; SILVA, R. C. da; CAVALCANTE FILHO, J. T.. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2017. *E-book*. ISBN 9788547218515. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547218515/>. Acesso em: 14 maio 2024.

MIRANDA, L. R.; FARIA, S. de; PEREIRA, C. A.. Antigas demandas, novos tempos: análise da Educação Especial em Goiás e Tocantins. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 28, p. e42666, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc28202242666>. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/42666>. Acesso em: 1 jun. 2024.

MIRANDA, M.. Governo do Tocantins destaca conquistas da Educação Inclusiva na celebração do primeiro ano do Profe: Inclusão e acessibilidade no contexto educacional do Tocantins têm sido prioridades da gestão. *In*: TOCANTINS (Estado). SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO. **Notícias**, [S. l.], 26 abr. 2024. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/rede-estadual-de-ensino-promove-inclusao-social-por-meio-da-oferta-diversificada-de-ensino/40eqcqh42gvm>. Acesso em: 2 maio 2024.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**. Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788536311883. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536311883/>. Acesso em: 1 mar. 2024.

MOLLICA, M. C. **Fala, letramento e inclusão social**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 128 p. ISBN 9788572443524.

MONTENEGRO, M. A.; CELERI, E. H. RV.; CASELLA, E. B. Transtorno do Espectro Autista - TEA: Manual Prático de Diagnóstico e Tratamento. **Thieme Brasil**, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788554650827/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MUNHOZ, A. S. **Tecnologia educacionais**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2016. E-book. ISBN 978-85-472-0095-4. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-472-0095-4/>. Acesso em: 30 maio 2024.

OLIVEIRA, J. P. de. **Educação especial: formação de professores para a inclusão escolar**. São Paulo: Editora Contexto, 2022. *E-book*. ISBN 9786555412024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555412024/>. Acesso em: 8 maio 2024.

OMOTE, S. Normalização, integração, inclusão. **Ponto de Vista**, v. 1, n. 1, p. 4-13, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1042/1524>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. L. **Caminhos para a inclusão**. Porto Alegre: Grupo A, 2007. *E-book*. ISBN 9788536309446. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536309446/>. Acesso em: 14 de maio 2024.

PAIXÃO, Cláudio. Rede estadual de ensino promove inclusão social por meio da oferta diversificada de ensino: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação no Sistema Prisional e Sistema Socioeducativo integram a política educacional da rede estadual. *In*: TOCANTINS (Estado). SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Notícias**, [S. l.], 5 abr. 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/rede-estadual-de-ensino-promove-inclusao-social-por-meio-da-oferta-diversificada-de-ensino/40eqcqh42gvm>. Acesso em: 2 maio 2024.

PEREIRA, R. de C. **Surdez**: aquisição de linguagem e inclusão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2015.

QUARESMA, F. R. P. *et al.* Inclusão Escolar: da educação básica ao ensino superior. *In*: CAPUZZO, D. de B.; PÔRTO JR, G. (org.). **Educação Inclusiva**: da escola à universidade. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. ISBN 978-65-981820-3-8. p. 15-32. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6683>. Acesso em: 15 maio 2024.

RAMOS, R. **Inclusão na prática**: estratégias eficazes para a educação inclusiva. 4. ed. São Paulo: Summus, 2023. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 dez. 2023.

RODRIGUES, Rafael. Escolas estaduais da região do Bico do Papagaio recebem tecnologias: foram entregues ainda um total de 400 kits escolares para os alunos da rede pública de Araguatins, São Bento, Buriti, São Sebastião e Esperantina, sendo que cada município recebeu 80 kits. *In*: TOCANTINS (Estado). SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO. **Notícias**, [S. l.], 26 ago. 2013. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/escolas-estaduais-da-regiao-do-bico-do-papagaio-recebem-tecnologias/4qua0q6v10q7>. Acesso em: 2 maio 2024.

SANTOS, L. B. dos *et al.* Autismo e Inclusão: a percepção de um grupo de docentes acerca da Inclusão do aluno Autista na Rede Municipal em Teresina-Piauí. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: CONEDU, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59356>. Acesso em: 1 maio 2024.

SANTOS, M. P. dos; PAULA, M. H. de P.; MARTINES, S.. **Educação e formação de professores**: concepções, políticas e práticas. São Paulo: Editora Blucher, 2017. E-book. ISBN 9788580392258. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580392258/>. Acesso em: 22 maio 2024.

SASSAKI, R. K.. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. de B. Análise de Política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 121–134, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31562>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SILUK, A. C. P. *et al.* **Atendimento Educacional Especializado**: contribuições para a prática pedagógica. Organização de Ana Cláudia Pavão Siluk. Santa Maria: UFSM, Laboratório de pesquisa e documentação, 2012. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2019/04/Atendimento-Educacional-Especializado-Contribui%C3%A7%C3%B5es-para-a-Pr%C3%A1tica-Pedag%C3%B3gica.pdf>. Acesso em: 1 maio 2024.

SILVA, J. A. da C. **Qualidade na Educação**. São Paulo: Cengage Learning Brasil,

2015. *E-book*. ISBN 9788522122462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122462/>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SILVA, M. C. **Educação Inclusiva**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595020351. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020351/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SILVA, R. A. da. **Dignidade da pessoa humana, base e fim da promoção dos direitos humanos**: uma releitura teológico-moral da CNBB. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

SILVA, V. P. **Políticas públicas**: conformação e efetivação de direitos. Indaiatuba: Foco, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 19 de agosto de 2023.

SILVA, V. P.. **Cidadania e participação política**: o processo de conformação de políticas públicas como instrumento de empoderamento. Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário de Brasília. Programa de Mestrado em Direito, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11998/1/60700941.pdf>. Acesso em: 1 maio 2024.

SOUSA, Abrão de. Seminário sobre Educação Inclusiva é realizado em Palmas pela Secretaria da Educação e Ministério Público Estadual. **Consed**, Brasília, DF, 16 ago. 2023. Edição: Núbia Daiana Mota. Revisão Textual: Liliane Oliveira.. Disponível em: <https://www.consed.org.br/noticia/seminario-sobre-educacao-inclusiva-e-realizado-em-palmas-pela-secretaria-da-educacao-e-ministerio-publico-estadual>. Acesso em: 2 maio 2024.

SÚMULA: política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 75, p. 269-273, maio/ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000200008>.

TOCANTINS (Estado). Instrução Normativa nº 15, de 22 de dezembro de 2023. Dispõe sobre procedimentos relativos à lotação e remoção de servidor público, e adota outras providências, para o exercício de 2024. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: Poder Executivo, Palmas, TO, ano 35, n. 6477, p. 23-29, 26 dez. 2023a. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/5064/download>. Acesso em: 2 maio 2024.

TOCANTINS (Estado). Instrução Normativa nº 16, de 22 de dezembro de 2023. Estabelece normas sobre o Perfil, Atribuição e Lotação do Profissional de Apoio Escolar Especial e Inclusão, lotados nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências, para o exercício de 2024. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: Poder Executivo, Palmas, TO, ano 35, n. 6477, p. 30-31, 26 dez. 2023b. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/5064/download>. Acesso em: 2 maio 2024.

TOCANTINS (Estado). Lei No 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: Poder Executivo, Palmas, TO, ano 27, n. 4.411, p. 2-22, 9 jul. 2015. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/2839/download>. Acesso em: 2 maio 2024.

TOCANTINS (Estado). Lei No 3.854, de 29 de dezembro de 2021. Institui a Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e o Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD), no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: Poder Executivo, Palmas, TO, ano 33, n. 5.997, p. 2, 29 dez. 2021. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/4532/download>. Acesso em: 2 maio 2024.

TOCANTINS (Estado). Medida Provisória nº 8, de 2023. Institui o programa de fortalecimento da educação - PROFE das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá outras providências. Palmas, TO, 20 abr. 2023c. Disponível em: https://sapl.al.to.leg.br/media/sapl/public/documentoaccessorio/2023/18041/mp_n_26.pdf. Acesso em: 2 maio 2024.

TOCANTINS (Estado). Resolução nº 019, de 16 de janeiro de 2024. Estabelece normas complementares que regulamentam o acesso, a permanência e o direito à aprendizagem dos estudantes da Educação Especial pertencentes ao Sistema Estadual de Educação do Tocantins-SEE/TO. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: Poder Executivo, Palmas, TO, ano XXXVI, n. 6523, p. 51-53, 4 mar. 2024. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/5117/download>. Acesso em: 2 maio 2024.

TOCANTINS (Estado). Resolução Nº 028, de 12 de fevereiro de 2016. Estabelece critérios para identificação, avaliação e reclassificação/aceleração de estudantes da Educação Básica, com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação - AH/SD, na modalidade de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: Poder Executivo, Palmas, TO, ano 27, n. 4.572, p. 24-25, 3 mar. 2016. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/19884>. Acesso em: 2 maio 2024.

TOCANTINS (Estado). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução Nº 1, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: Poder Executivo, Palmas, TO, ano 22, n. 3.108, p. 23-25, 5 abr. 2010. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/1429/download>. Acesso em: 2 maio 2024.

APÊNDICE A – MATRIZ FOFA (SWOT)

	AJUDA	ATRAPALHA
INTERNA (Organização)	<p>FORÇAS:</p> <p>1- Legislação Favorável: Políticas nacionais de educação inclusiva e leis de apoio. 2- Profissionais Qualificados: Presença de professores e especialistas capacitados em inclusão. 3- Recursos Financeiros: Orçamento adequado para implementação de políticas inclusivas. 4- Infraestrutura Adequada: Escolas e instalações adaptadas para a inclusão. 5- Envolvimento da Comunidade: Apoio da comunidade local e país.</p>	<p>FRAQUEZAS:</p> <p>1. Falta de Recursos Financeiros: restrições orçamentárias que limitam a implementação. 2. Formação Insuficiente: Falta de treinamento adequado para os educadores. 3. Barreiras Arquitetônicas: Escolas não adaptadas para acessibilidade. 4. Falta de conscientização: Compreensão limitada da importância da inclusão. 5. Burocracia Excessiva: Processos administrativos complexos.</p>
EXTERNA (Ambiente)	<p>OPORTUNIDADES:</p> <p>1. Colaboração com ONGs: Parcerias com organizações não governamentais para apoio adicional. 2. Avanços Tecnológicos: Uso de tecnologia para promover a inclusão e acessibilidade. 3. Capacitação Online: Cursos e recursos online para a formação de professores. 4. Melhoria na Conscientização Pública: Campanhas de sensibilização sobre a inclusão. 5. Educação à Distância: Expandir o acesso à educação inclusiva através de plataformas online.</p>	<p>AMEAÇAS:</p> <p>1. Instabilidade Política: Mudanças nas políticas governamentais podem variar de acordo com a inclusão. 2. Desigualdade Socioeconômica: Acesso desigual à educação inclusiva devido a disparidades econômicas. 3. Resistência Cultural: Atitudes e crenças culturais que podem ser obstáculos à inclusão. 4. Envelhecimento da População Docente: Possível falta de professores no futuro.</p>

APENDICE B – CANVAS

Parcerias Chave: 1. Professores; 2. Gestores públicos; 3. Acadêmicos.	Atividades Chave: 1. Pesquisa bibliográfica; 2. Coleta de dados; 3. Análise de dados.	Propostas de Valor: 1. Contribuição para conhecimento científico; 2. Inovação e originalidade; 3. Relevância para a sociedade; 4. Potencial para pesquisas futuras.	Relacionamento: 1. Colaboração com pesquisadores; 2. Comunidade acadêmica; 3. Orientação e mentoria.	Segmentos de Clientes: 1. Setor público e governamental; 2. Comunidade em geral; 3. Estudantes e comunidade acadêmica.
	Recursos Chave: 1. Recursos humanos; 2. Tecnologias e ferramentas; 3. Plataforma de publicação.		Canais: 1. Publicações acadêmicas e revistas especializadas; 2. Conferências científicas e seminários; 3. Redes sociais acadêmica.	
Estrutura de Custos: 1. Custos de pesquisa; 2. Custo de colaboração.		Fontes de Receita: 1. Taxa de publicação; 2. Publicidade .		

